



Anais da Assembléia

Nº 04

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1994

ANO XI X

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL - 05:** Élio-Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dúlio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guimar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 10:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO - 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 01.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 1994

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Valdir Rossoni (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 006/94

Curitiba, 11 de fevereiro de 1994.
Senhor Presidente,

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que

Curitiba, quinta, em 17.02.94

objetiva reajustar, a partir de 1º de fevereiro de 1994, na forma das tabelas que o integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Visa, ainda, esta proposição, a adoção de outras disposições, entre as quais destacam-se a elevação dos valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, de várias gratificações, inclusive da de Regência de Classe, assim como a fixação da remuneração dos ocupantes de cargos de Secretário de Estado e, também, instituir a Gratificação de Atividade Específica a ser atribuída conforme específica, aos servidores da Secretaria de Estado da Saúde e do Instituto de Saúde do Paraná, lotados em unidades de atendimento ininterrupto.

A medida constante do plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário estadual e as previsões da receita do Estado para os próximos meses. Esta proposição retrata o grande esforço e a constante preocupação do atual Governo do Estado que, desde seu início, vem desenvolvendo no sentido de assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (Art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de todas as esferas de governo, obedecendo ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação às despesas com o funcionalismo do Estado do Paraná. A inclusa cópia autêntica de exposições de motivos que me foi encaminhada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo plano de lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Administração

Trata o presente anteprojeto de lei de reajuste salarial a ser concedido aos servidores do Poder Executivo, no mês de fevereiro de 1994.

A concessão de reajuste ora proposto está de acordo com as disposições constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas líquidas correntes, e do dispositivo que determina o pagamento dos servidores até o último dia do mês.

O anteprojeto e lei contempla o funcionalismo em geral, com o índice de reajuste de 60% (sessenta por cento), a partir de 01 de fevereiro de 1994.

Estabelece, ainda, a presente proposta, a remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, bem como os valores reajustados do salário-família, das Pensões Especiais, das Gratificações de Representação de Gabinete e de Produtividade, aplicando aos mesmos 60% (sessenta por cento) de reajuste.

O Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, autarquia estadual, administra o Sistema Único de Saúde - SUS, composto de hospitais, ambulatorios, hemocentros e unidade de apoio técnico e administrativo. Dentre as unidades gerenciadas pelo ISEP, encontram-se a rede hospitalar e a de sangue e hemoderivados, que cumprem atendimento à população durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados.

Essa característica das unidades do Sistema sempre dificultou a lotação de servidores nesses locais pela exigência de cumprimento de plantões noturnos e em finais de semana.

O próprio trabalho em hospitais e hemocentros onde os servidores permanecem em contato contínuo com doenças infectocontagiosas, incluindo-se a AIDS, a hepatite e demais endemias, torna a opção pelo trabalho ambulatorial mais procurada que o hospitalar.

Conhecendo-se a importância do Sistema Único de Saúde sob a responsabilidade do Estado para o atendimento à população do Paraná é que se propõe a concessão da Gratificação de Atividade Específica aos servidores que atuam nas Unidades de Atendimento Ininterrupto, na forma do presente projeto de lei.

(a) LUIS GASTÃO FRANCO DE CARVALHO

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da

Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam reajustados, a partir de 01 de fevereiro de 1994, em 60% (sessenta por cento), na forma das tabelas que constituem o anexo único desta lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados, a partir de 01 de fevereiro de 1994, em 60% (sessenta por cento).

Art. 3º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em CR\$ 852.214,82 (oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quatorze cruzeiros reais e oitenta e dois centavos), sendo CR\$ 362.186,60 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e oitenta e seis cruzeiros reais e sessenta centavos) de vencimento básico e CR\$ 490.028,22 (quatrocentos e noventa mil, vinte e oito cruzeiros reais e vinte e dois centavos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros reais) e o valor das Pensões Especiais para CR\$ 57.524,50 (cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e quatro cruzeiros reais e cinquenta centavos).

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para CR\$ 3.630,26 (três mil, seiscentos e trinta cruzeiros reais e vinte e seis centavos).

Art. 6º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e o artigo 2º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em CR\$ 582,64 (quinhentos e oitenta e dois cruzeiros reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 7º - Fica instituída a Gratificação de Atividade Específica atribuída aos servidores da Secretaria de Estado da Saúde e do Instituto de Saúde do Paraná lotados nas Unidades de Atendimento Ininterrupto à população durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, calculada sobre o vencimento básico, nos seguintes percentuais:

I - 40% (quarenta por cento) para os servidores lotados no Hospital Colônia Adauto Botelho (Pinhais), no Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná (Piraquara) e no Hospital Regional da Lapa São Sebastião;

II - 30% (trinta por cento) para os servidores lotados no Centro Psiquiátrico Metropolitano (Curitiba), no Hospital Dr. Anísio Figueiredo - Zona Norte (Londrina), no Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul (Londrina), no Hospital Geral Mauro Senna Goulart (Curitiba), no Hospital Oswaldo Cruz (Curitiba), no Hospital Regional de Cascavel (Cascavel) e na Rede Estadual de Hemocentros e Hemo-

núcleos;

III - 20% (vinte por cento) para os servidores lotados no Hospital Ana Fiorillo Menarin (Castro), no Hospital Carolina Lupion (Jaguariaíva), no Hospital Infantil Antônio Fontes (Paranaguá), no Hospital Infantil Getúlio Vargas (Ponta Grossa), no Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo (Lapa), no Hospital Luiza Borba Carneiro (Tibagi), no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes (Matinhos), no Hospital Silvio Bittencourt de Linhares (Antonina), na Rede Estadual de Agências Transfusionais e no Sistema Integrado de Atendimento às Emergências.

§ 1º - Fica extinta nas unidades de atendimento ininterrupto a G.A.E. insti-

tuída pelos Deliberações n.ºs 73, 81 e 87/90 do Conselho de Administração da Fundação Caetano Munhoz da Rocha (atual Instituto de Saúde do Paraná).

§ 2º - A gratificação a que se refere este artigo será paga enquanto no efetivo exercício nos locais mencionados, não se incorporando aos vencimentos, nem computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1994, revogadas as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO FEVEREIRO DE 1994

TABELA 1

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	57.524.50	59.825.48	62.218.49	64.707.23	67.295.52	69.987.35	72.786.84	75.698.31	78.726.24	81.875.29	85.150.31
B	63.276.95	65.888.02	68.440.34	71.177.96	74.025.08	76.986.08	80.065.52	83.268.14	86.598.87	90.062.82	93.665.34
C	69.044.64	72.388.83	75.284.38	78.295.75	81.427.58	84.684.69	88.072.08	91.594.96	95.258.76	99.069.11	103.031.87
D	76.565.10	79.627.71	82.812.82	86.125.33	89.570.34	93.153.16	96.879.28	100.754.45	104.784.63	108.976.02	113.335.06
E	84.221.61	87.590.47	91.094.09	94.737.85	98.527.37	102.468.46	106.567.20	110.829.89	115.263.00	119.873.61	124.668.55
F	92.643.77	96.349.52	100.203.50	104.211.64	108.380.10	112.715.31	117.223.92	121.912.88	126.789.39	131.860.97	137.135.41
G	109.319.64	113.692.43	118.240.13	122.969.73	127.888.52	133.004.06	138.324.22	143.857.19	149.611.48	155.595.94	161.819.78
H	135.356.36	140.978.61	146.817.76	152.482.47	158.581.77	164.925.04	171.522.04	178.382.92	185.518.24	192.938.97	200.656.53
I-III	237.774.63	247.285.61	257.177.84	267.464.12	278.162.68	289.289.19	300.860.76	312.895.19	325.410.99	338.427.43	351.964.53
I-II	274.391.92	285.367.60	296.782.30	308.653.59	320.999.74	333.839.72	347.193.31	361.081.05	375.524.29	390.545.26	406.167.07
I-I	316.648.27	329.314.21	342.486.77	356.186.24	370.433.69	385.251.04	400.661.08	416.687.53	433.355.83	450.689.23	468.716.00

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	43.143.37	44.869.11	46.663.87	48.539.43	50.471.64	52.490.51	54.590.13	56.773.73	59.044.68	61.406.47	63.862.73
B	47.457.71	49.356.02	51.336.26	53.383.47	55.518.81	57.739.56	60.049.14	62.451.11	64.949.15	67.547.12	70.249.00
C	52.203.48	54.291.62	56.463.28	58.721.82	61.070.69	63.513.52	66.054.06	68.696.22	71.444.07	74.301.83	77.273.90
D	57.423.83	59.720.78	62.109.61	64.594.00	67.177.76	69.864.87	72.659.46	75.565.84	78.588.47	81.732.01	85.001.29
E	63.166.20	65.692.85	68.320.57	71.053.39	73.895.52	76.851.35	79.925.40	83.122.42	86.447.31	89.905.20	93.501.41
F	69.482.82	72.262.14	75.152.62	78.158.73	81.285.08	84.536.40	87.917.94	91.434.66	95.092.04	98.895.73	102.851.55
G	81.989.73	85.269.32	88.680.10	92.227.30	95.916.39	99.753.05	103.743.17	107.892.90	112.200.61	116.696.96	121.364.83
H	101.667.27	105.733.96	109.963.32	114.361.85	118.936.32	123.693.78	128.641.53	133.787.19	139.138.68	144.704.22	150.492.39
I-III	178.330.97	185.464.21	192.882.78	200.598.09	208.622.01	216.966.89	225.645.57	234.671.39	244.058.25	253.820.58	263.973.40
I-II	205.793.94	214.025.70	222.586.72	231.490.19	240.749.80	250.379.79	260.394.99	270.810.78	281.643.22	292.908.94	304.625.30
I-I	237.486.21	246.985.65	256.865.08	267.139.68	277.825.27	288.938.28	300.495.81	312.515.65	325.016.27	338.016.92	351.537.60

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J-III	178.330.97	185.464.21	192.882.78	200.598.09	208.622.01	216.966.89	225.645.57	234.671.39	244.058.25	253.820.58	263.973.40
J-II	205.793.94	214.025.70	222.586.72	231.490.19	240.749.80	250.379.79	260.394.99	270.810.78	281.643.22	292.908.94	304.625.30
J-I	237.486.21	246.985.65	256.865.08	267.139.68	277.825.27	288.938.28	300.495.81	312.515.65	325.016.27	338.016.92	351.537.60

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGENCIA FEVEREIRO DE 1994

NIVEL	VALOR
01	13,547.55
02	13,818.50
03	14,094.87
04	14,376.77
05	14,664.31
06	14,957.59
07	15,256.74
08	15,561.88
09	15,873.12
10	16,190.58
11	16,514.39
12	16,844.68
13	17,181.57
14	17,525.20
15	17,875.71
16	18,233.22
17	18,597.89
18	18,969.84
19	19,349.24
20	19,736.23
21	20,130.95
22	20,533.57
23	20,944.24
24	21,363.12
25	21,790.39
26	22,226.20
27	22,670.72
28	23,124.13
29	23,586.62
30	24,058.35

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994 TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SU -
PERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1.....	202,369.79
DAS-2.....	178,607.63
DAS-3.....	166,460.02
DAS-4.....	142,338.81
DAS-5.....	130,180.55

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	84,010.93
2-C.....	77,588.30
3-C.....	71,622.29
4-C.....	66,155.95
5-C.....	62,186.59
6-C.....	58,455.39
7-C.....	54,948.07
8-C.....	51,651.19
9-C.....	48,552.11
10-C.....	45,638.99
11-C.....	43,357.04
12-C.....	41,189.19
13-C.....	39,129.73
14-C.....	37,173.24
15-C.....	35,314.58

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO 1-F.....	5,101.98
2-F.....	4,331.05
3-F.....	3,819.18
4-F.....	3,065.64
5-F.....	2,801.71
6-F.....	2,287.04
7-F.....	1,775.89
8-F.....	1,532.83
9-F.....	1,251.48
10-F.....	1,014.69

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	48,553.70	55,836.75	67,004.10	77,054.72	88,612.92
2	50,981.38	58,628.59	70,354.31	80,907.45	93,043.57
3	53,530.45	61,560.02	73,872.02	84,952.82	97,695.75
4	56,206.97	64,638.02	77,565.62	89,200.47	102,580.53
5	59,017.32	67,869.92	81,443.90	93,660.49	107,709.56
6	61,968.19	71,263.42	85,516.10	98,343.51	113,095.04
7	65,066.60	74,826.59	89,791.90	103,260.69	118,749.79
8	68,319.93	78,567.92	94,281.50	108,423.72	124,687.28
9	71,735.92	82,496.31	98,995.57	113,844.91	130,921.65
10	75,322.72	86,621.13	103,945.35	119,537.15	137,467.73
11	79,088.85	90,952.18	109,142.62	125,514.01	144,341.11

VIG. 02/94

TABELA V

QUADRO UNICO
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	48,553.70	48,553.70
2	50,981.38	50,981.38
3	53,530.45	53,530.45
4	56,206.97	56,206.97
5	59,017.32	59,017.32
6	61,968.19	61,968.19
7	65,066.60	65,066.60
8	68,319.93	68,319.93
9	71,735.92	71,735.92
10	75,322.72	75,322.72
11	79,088.85	79,088.85

VIGENCIA FEVEREIRO DE 1994
TABELA VI
INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	57.524,50	61.058,43	64.809,47	68.790,95	73.017,02	77.582,72	82.263,99	87.317,76	92.682,01	98.375,79	104.419,38
B	64.807,10	68.788,43	73.014,35	77.499,88	82.260,98	87.314,57	92.678,61	98.372,19	104.415,55	110.830,17	117.638,88
C	73.011,68	77.497,05	82.257,97	87.311,37	92.675,22	98.368,59	104.411,72	110.826,11	117.634,56	124.861,27	132.531,96
D	82.254,95	87.368,17	92.671,82	98.364,99	104.407,90	110.822,05	117.638,25	124.856,70	132.527,10	140.668,71	149.310,50
E	92.668,39	98.361,34	104.404,03	110.817,95	117.625,89	124.852,07	132.522,18	140.663,49	149.304,96	158.477,36	168.213,14
F	104.409,21	110.813,89	117.621,58	124.847,50	132.517,33	140.658,34	149.299,49	158.471,49	168.206,97	178.540,52	189.508,92
G	238.215,32	274.078,42	290.916,03	308.788,05	327.758,00	347.893,36	369.265,68	391.951,01	416.029,97	441.588,18	468.716,52
GI	193.661,49	205.558,81	218.187,02	231.591,04	245.818,50	260.928,02	276.949,26	293.963,26	312.022,48	331.191,13	351.537,43
GV	129.107,66	137.039,21	145.458,01	154.394,03	163.879,00	173.946,68	184.632,84	195.975,50	208.014,99	220.794,09	234.358,28
GR	258.215,32	274.078,42	290.916,03	308.788,05	327.758,00	347.893,36	369.265,68	391.951,01	416.029,97	441.588,18	468.716,52

TABELA DE GRATIFICACAO DE REPRESENTACAO

CL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
OGA-GR	536.021,20	495.261,20	457.600,70	422.803,90	390.653,15	360.947,19	333.500,16	308.140,23	284.708,67	263.058,91	243.055,51	224.573,14	207.406,19	191.717,80	177.139,29
GR	268.010,60	247.630,60	228.800,35	211.401,95	195.326,58	180.473,59	166.750,08	154.070,11	142.354,34	131.529,45	121.527,75	112.286,57	103.748,09	95.858,90	88.569,64

PROFESSORES CELESTISTAS
VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA VIII

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE Sa./8a. E 20. GRAU	LICENCIATURA PLENA	1.085,51
	LICENCIATURA CURTA	820,80
	NAO LICENCIADO	684,00
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 20. GRAU	53.530,45

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994 TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	92,810,96
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	63,280,20
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	42,186,80
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	70,178,42
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	47,848,92
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	31,899,28
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	58,482,02
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	39,874,10
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	26,582,73

TABELA IX

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

DESCRICAO DO CARGO	T I D E	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME
		T-40	T-34(1)	T-28(2)	T-24	T-20	T-12	T-10	T-09
IPAI PROF. AUXILIAR N.1	287,386,39	239,488,66	209,565,36	167,642,06	143,693,19	119,744,33	71,846,60	59,872,16	53,884,95
IPAI PROF. AUXILIAR N.2	296,007,98	246,673,32	209,672,32	172,671,32	148,083,97	123,336,66	74,001,99	61,668,33	55,501,50
IPAI PROF. AUXILIAR N.3	304,888,22	254,073,52	215,962,49	177,851,46	152,444,11	127,036,76	76,222,05	63,518,38	57,166,54
IPAI PROF. AUXILIAR N.4	314,034,86	261,695,72	222,441,36	183,187,00	157,017,43	130,847,86	78,508,72	65,423,93	58,881,54
IPSI PROF. ASSISTENTE N.1	378,286,39	315,238,67	267,952,46	229,667,06	189,143,20	157,619,33	94,571,60	78,809,66	70,928,70
IPSI PROF. ASSISTENTE N.2	389,634,98	324,695,82	275,991,45	227,287,07	194,817,49	162,347,91	97,408,75	81,173,95	73,056,56
IPSI PROF. ASSISTENTE N.3	401,324,03	334,436,70	284,271,19	234,105,69	200,662,02	167,218,35	100,331,01	83,609,17	75,248,26
IPSI PROF. ASSISTENTE N.4	413,363,75	344,469,80	292,799,32	241,128,86	206,681,88	172,234,90	103,340,94	86,117,45	77,505,70
IPD1 PROF. ADJUNTO N.1	440,232,40	366,860,34	311,831,28	256,882,23	220,116,20	183,430,16	110,058,10	91,715,08	82,543,57
IPD2 PROF. ADJUNTO N.2	453,439,37	377,866,15	321,186,22	264,586,30	226,719,68	188,933,07	113,359,84	94,466,53	85,019,88
IPD3 PROF. ADJUNTO N.3	467,042,55	389,202,13	330,821,81	272,441,49	233,521,27	194,601,06	116,760,64	97,300,53	87,578,48
IPD4 PROF. ADJUNTO N.4	481,053,82	400,878,20	340,746,46	280,614,73	240,526,91	200,439,09	120,263,46	100,219,55	90,197,59
IP1 PROF. TITULAR N.1	514,727,58	428,939,67	364,598,70	300,257,76	257,363,79	214,469,83	128,641,90	107,234,91	96,511,42
IP1 PROF. TITULAR N.2	530,169,41	441,807,86	375,536,67	309,265,49	265,084,71	220,903,92	132,542,35	110,451,96	99,406,76
IP1 PROF. TITULAR N.3	546,074,49	455,062,10	386,802,77	318,533,45	273,037,25	227,531,04	136,518,62	113,765,52	102,388,97
IP1 PROF. TITULAR N.4	562,456,73	468,713,96	398,406,85	328,009,76	281,228,36	234,356,97	140,614,18	117,178,49	105,460,64

VIGENCIA FEVEREIRO DE 1994

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO

IA - CARGOS EFETIVOS

	CL.	I	II	III	
AGENTE FISCAL 1	C	210,979.44	213,154.48	215,329.53	217,504.58
AGENTE FISCAL 1	B	202,279.26	204,454.30	206,629.35	208,804.40
AGENTE FISCAL 1	A	193,579.07	195,754.12	197,929.16	200,104.20
AGENTE FISCAL 2	C	184,878.89	187,053.94	189,228.98	191,403.99
AGENTE FISCAL 2	B	176,178.71	178,353.75	180,528.80	182,703.82
AGENTE FISCAL 2	A	167,478.52	169,653.57	171,828.62	174,003.63
AGENTE FISCAL 3	C	142,900.26	144,857.76	146,815.30	148,772.82
AGENTE FISCAL 3	B	135,070.08	137,027.62	138,985.15	140,942.74
AGENTE FISCAL 3	A	127,239.92	129,197.44	131,155.06	133,112.56
AGENTE FISCAL 4	D	90,347.98			
AGENTE FISCAL 4	C	84,023.60			
AGENTE FISCAL 4	B	72,820.46			
AGENTE FISCAL 4	A	59,168.93			

IB - CARGOS EM COMISSAO

	CL	CR\$
DIRETOR	A	271,881.28
INSP. GERAL TRIB	B	255,568.40
INSP. GERAL ARRE	B	255,568.40
INSP. GERAL FISC	B	255,568.40
CHEFE DE ASSESSO	B	255,568.40
CONSULTOR TECNICO	C	241,974.34
ASSISTENTE TECNI	C	241,974.34
DEL. REGIONAL DE	C	241,974.34
AUXILIAR TECNICO	D	233,817.90

TABELA XI

CLASSE		PILOTOS										
		FEBREIRO DE 1994										
NÍVEL		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	368,554.67	379,611.31	390,999.65	402,729.44	414,811.53	427,255.88	440,073.55	453,275.76	466,874.03	480,880.25	495,346.66	
B	326,154.74	335,939.38	346,017.57	356,398.09	367,090.04	378,102.74	389,445.82	401,129.19	413,163.07	425,557.96	438,324.70	
C	288,632.29	297,291.26	306,210.00	315,396.30	324,858.19	334,603.93	344,642.05	354,981.31	365,630.75	376,599.67	387,897.66	
D	253,426.85	263,089.66	270,982.35	279,111.82	287,485.17	296,109.73	304,993.02	314,142.81	323,567.09	333,274.11	343,272.33	
E	222,097.14	228,760.06	235,622.86	242,691.54	249,972.29	257,471.46	265,195.60	273,151.47	281,346.01	289,786.39	298,479.99	

CLASSE	VALOR DE HONRA/	VALOR DE HONRA/
	VOD DIURNA	VOD NOTURNA
A, B e C	4,832.58	7,390.98
D	2,416.26	5,100.30

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA. FEVEREIRO DE 1994

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	173,598.75
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	164,718.81
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	156,672.87
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	148,839.23
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	141,397.27

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALET TEATRO GUARÁ

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	178.330.93	185.464.17	192.082.73	200.598.04	208.621.96	216.966.04	225.645.51	234.671.34	244.058.19	253.820.52	263.973.34
B	206.863.88	215.138.43	223.743.97	232.693.73	242.001.48	251.681.54	261.748.00	272.218.75	283.107.50	294.431.00	306.209.07
C	239.962.10	249.560.58	259.543.00	269.924.72	280.721.71	291.950.58	303.628.60	315.773.75	328.404.70	341.540.89	355.202.52

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIAN/P26	1.112.32	1.167.94	1.226.33	1.287.65	1.352.03	1.419.63	1.490.62	1.565.15	1.643.40	1.725.57	1.811.85
PROF 30K	1.390.38	1.459.90	1.532.90	1.609.54	1.690.02	1.774.52	1.863.25	1.956.41	2.054.23	2.156.94	2.264.79

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA XIV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANÁ

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	178.330.93	185.464.17	192.082.73	200.598.04	208.621.96	216.966.04	225.645.51	234.671.34	244.058.19	253.820.52	263.973.34
B	239.962.10	249.560.58	259.543.00	269.924.72	280.721.71	291.950.58	303.628.60	315.773.75	328.404.70	341.540.89	355.202.52

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA XV

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE	5a CLASSE
MEDICO LEGISTA	214,679.02	198,776.89	184,052.69	170,419.17	
PERITO CRIMINAL	214,679.02	198,776.89	184,052.69	170,419.17	
QUIMICO LEGAL	214,679.02	198,776.89	184,052.69	170,419.17	
TOXICOLOGISTA	214,679.02	198,776.89	184,052.69	170,419.17	

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA XVI

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE	5a CLASSE
ESCRIVAO DE POLICIA	87,959.14	81,443.65	75,410.79	69,824.81	
INVESTIGADOR DE POLICIA					63,477.11
DACTILOSCOPISTA	73,299.34	69,808.90	66,484.67	63,318.74	
TECNICO TELEC. POLICIAL					
TECNICO MANUT. POLICIAL	65,794.27	62,661.21	59,677.35	56,835.57	
OPERADOR TELEC. POLICIAL	56,719.18	54,018.27	51,445.98	48,996.17	
IDENTIF. DACTILOSCOP.					
AUXILIAR MANUT. POLICIAL					
AUXILIAR DE NECROPSIA					
PERITO POLICIAL	110,059.86				
COMISSARIO	119,241.46				

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA XVII
QUADRO DA POLICIA MILITAR

FUNCAO DE NIVEL DE APERFEICOAMENTO SUPERIOR

POSTO/GRADUACAO	S O L D O
CORONEL	241,764.83
TENENTE-CORONEL	217,588.30
MAJOR	205,675.79

FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR

CAPITAO	171,483.46
1o. TENENTE	151,428.06
2o. TENENTE	131,198.69
ASP. A OFICIAL	109,202.02

FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO

ALUNO DE 3o. ANO	69,744.77
ALUNO DE 2o. ANO	61,724.18
ALUNO DE 1o. ANO	58,236.86

FUNCAO DE NIVEL TECNICO

SUBTENENTE	70,935.70
1o. SARGENTO	67,388.93
2o. SARGENTO	65,681.23
3o. SARGENTO	62,016.24

FUNCAO DE NIVEL MEDIO

CABO	58,578.69
SOLDADO 1a. CLASSE	56,676.80
SOLDADO 2a. CLASSE	46,758.51

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO
VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA XVIII	PROCURADOR DE 1A. CLASSE	299,852.34
	PROCURADOR DE 2A. CLASSE	280,563.62
	PROCURADOR DE 3A. CLASSE	252,507.23
	PROCURADOR DE 4A. CLASSE	227,256.50
	PROCURADOR DE 5A. CLASSE	204,530.90

TABELA XIX

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA
VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

DELEGADO DE 1A. CLASSE	280,563.62
DELEGADO DE 2A. CLASSE	252,507.23
DELEGADO DE 3A. CLASSE	227,256.50
DELEGADO DE 4A. CLASSE	204,530.90

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994 TABELA XX
ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
100	187,186.75	193,293.06	199,624.58	206,189.29	212,995.75	220,053.15	227,370.38
101	206,189.29	212,915.48	219,889.76	227,120.89	234,618.32	242,392.17	250,980.24
102	227,370.38	234,787.53	242,478.25	250,452.21	258,719.82	267,292.25	277,297.32
103	250,980.24	259,167.58	267,656.90	276,458.86	285,584.97	295,047.55	306,631.59
104	277,297.32	286,343.16	295,722.64	305,447.55	315,530.60	325,985.40	338,784.11
105	306,631.59	317,138.96	328,033.41	339,329.11	351,013.77	363,100.79	375,775.95
106	338,784.11	349,835.74	361,294.99	373,176.27	385,495.09	398,268.09	416,401.82
107	375,775.95	383,291.47	390,957.29	398,776.44	406,751.97	414,887.01	423,184.75
108	416,401.82	430,981.00	446,041.47	461,685.50	477,905.78	494,723.70	512,161.24
109	423,184.75	433,764.37	444,608.48	455,723.69	471,674.02	488,182.61	505,269.00
110	512,161.24	517,282.86	522,455.69	527,600.24	532,957.04	538,286.62	543,669.48

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994	
FUNCOES GRATIFICADAS	
F.G.	VALOR
10	217,467.79
9	190,284.32
8	163,100.84
7	135,917.37
6	128,040.31
5	102,432.25
4	93,943.99
3	75,155.19
2	45,994.74
1	30,663.16

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994	
CARGOS DE CONFIANCA	
CARGOS CONF.	VALOR
10	512,161.24
9	423,184.75
8	416,401.82
7	375,775.95
6	338,784.11
5	306,631.59
4	277,297.32
3	250,980.24
2	227,370.38
1	206,189.29

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA XXI

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 2

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	98,916.69	102,873.36	106,988.29	111,267.82	115,718.53	120,347.28	125,161.17
202	118,205.44	120,569.55	122,900.94	125,440.56	127,949.37	130,508.36	133,118.53
203	125,161.17	127,664.39	130,217.68	132,822.03	135,478.47	138,188.04	140,951.80
204	133,118.53	135,780.90	138,496.52	141,266.45	144,091.77	146,973.61	149,913.08
205	140,951.80	143,770.84	146,646.25	149,579.18	152,570.76	155,622.18	158,734.62
206	149,913.08	152,911.34	155,969.57	159,088.96	162,270.74	165,516.16	168,826.48
207	158,734.62	161,909.31	165,147.50	168,450.45	171,819.46	175,255.85	178,760.97
208	168,826.48	172,203.01	175,647.07	179,160.01	182,743.21	186,398.07	190,126.04
209	178,760.97	182,336.19	185,982.91	189,702.57	193,496.62	197,366.55	201,313.88
210	190,126.04	193,928.56	197,807.13	201,763.27	205,798.54	209,914.51	214,112.80
211	201,313.88	205,340.16	209,446.96	213,635.90	217,908.62	222,266.79	226,712.13
212	218,319.49	226,257.89	234,403.17	243,001.14	252,075.14	261,401.92	271,023.08
213	243,108.86	252,048.20	261,348.22	271,023.74	281,090.04	291,562.87	302,458.58

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1994

TABELA XXII

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 3

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	98,916.69	102,873.36	106,988.29	111,267.82	115,718.53	120,347.28	125,161.17
302	116,701.91	119,035.95	121,416.67	123,845.00	126,321.90	128,848.34	131,425.30
303	125,161.17	127,226.33	129,325.56	131,459.43	133,628.51	135,833.38	138,074.63
304	131,425.30	133,593.82	135,798.12	138,038.79	140,316.43	142,631.65	144,985.07
305	138,074.63	140,352.87	142,668.69	145,022.72	147,415.60	149,847.95	152,320.44
306	144,985.07	147,377.33	149,809.05	152,280.90	154,793.54	157,347.63	159,943.86
307	152,320.44	154,833.73	157,388.49	159,985.40	162,625.16	165,308.47	168,036.66
308	159,943.86	162,582.94	165,265.56	167,992.44	170,764.31	173,581.92	176,446.03
309	168,036.66	170,808.66	173,627.00	176,491.85	179,403.96	182,364.13	185,373.13
310	176,446.03	179,357.39	182,316.78	185,325.01	187,919.56	190,550.43	193,268.30
311	185,373.13	189,636.72	193,998.36	198,654.32	203,422.03	208,304.15	213,156.21
312	193,268.30	199,657.22	206,283.44	213,156.81	220,286.90	227,820.72	235,361.58
313	213,156.21	220,284.53	227,677.79	235,346.06	243,299.50	251,625.39	260,104.57

Ofícios:

Sob o n° 218/94, do Senhor Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral, Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em fevereiro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 220/94, do Senhor Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal daquele Tribunal de Contas, em fevereiro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 113/93, do Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 1° de fevereiro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 069/94, do Senhor Luiz Carlos Delazari - Procurador-Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que fixa os vencimentos básicos mensais do Cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de fevereiro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 068/94, do Senhor Luiz Carlos Delazari - Procurador-Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a vigor a partir de 1° de fevereiro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Ofício 006/94

Senhor Presidente.

Através do presente, dirijo-me a Vossa Excelência, para comunicar que a partir de 30 de dezembro de 1993, encontro-me filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira- PSDB.

Outrossim, solicito que Vossa Excelência dê ciência do presente aos membros da Comissão Executiva desta Casa, bem como aos Senhores Deputados que compõem este Parlamento.

Sendo o que havia, renovo a Vossa Excelência, meus protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 17.02.94

(a) Cezar Silvestri

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 001/94, Mens. n° 126/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a autorização para que o BANESTADO S.A.- Informática, participe do capital social da ASBAN S.A.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 002/94, Mens. n° 125/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a doação de terreno à APAE de Sapopema.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 003/94, Mens. 002/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Institucionalização do Serviço Obrigatório de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o desligamento do Deputado Luiz Antonio Setti das Comissões permanentes desta Casa, onde atuava pelo PMDB, devido seu desligamento do Partido, Comissão de Constituição e Justiça (Titular), Comissão de Saúde (Titular), Comissão de Fiscalização (Suplente), Comissão de Orçamento (Suplente).

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Olga Volacco, ocorrido no dia 13 de janeiro do corrente ano, na cidade de Castro-

-Pr.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Maestro Benedito Pereira, 685- Castro-Pr.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 13 de janeiro de 1994, faleceu a Senhora Olga Volacco.

Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Elizabeth Kugler, ocorrido no dia 16 de fevereiro do corrente ano, na cidade de Castro-Pr.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Vila dos Bancários, na Vila Rio Branco - Castro-Pr.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 16 de fevereiro de 1994, faleceu a Senhora Elizabeth Kugler.

Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Armando Carvalho, ocorrido no dia 31 de janeiro do corrente ano, na cidade de Castro-Pr.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Benjamim Constant, s/n°- apt. 101- Castro-Pr.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 31 de janeiro de 1994, faleceu o Senhor Armando Carvalho.

Seu passamento veio abrir uma enorme

lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Adão Dorival, ocorrido no dia 08 de fevereiro do corrente ano, na cidade de Castro-Pr.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua D. Pedro II, 509 - Castro-Pr.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 08 de fevereiro de 1994, faleceu o Senhor Adão Dorival.

Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Professor Waldomiro Ferreira de Freitas, ocorrido em data de 10 de janeiro do corrente ano, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Liro Nelson Elicar, ocorrido no último dia 15 de fevereiro do corrente ano, no Município de Guaratuba-Pr.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do jovem Gustavo Benício de Mello, vítima de latrocínio,

nesta Capital, ocorrido no último dia 05 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O mundo é cheio de fatos inadiáveis, onde o destino é implacável no seu dia a dia, onde inúmeros episódios transformam os lares e as famílias, deixando a dor em seu seio.

Que angústia viveu o casal Luzinete e Clovis de Mello.

Foram horas e horas intransponíveis, que jamais pensariam existir, onde o consolo dos amigos amenizou os sentimentos profundos em cada coração.

Na flor da idade, com 23 anos, o jovem Gustavo Benício, foi vítima da fatalidade, no dia 05 de fevereiro último, perdeu estupidamente sua vida, em função de um latrocínio, ocorrido no Bairro de Umbará, nesta Capital.

Como chefe de família, sentimos a mesma ansiedade, entendemos a profundidade desse sentimento.

Diante desse fato, solicitamos um voto de pesar, pelo falecimento do jovem Gustavo Benício de Mello, endereçado ao casal Luzinete Clóvis de Mello, na Rua Manoel Correia, 1.200 - CEP- 83.203-370- Paranguá. Pr.

REQUERIMENTO N° 028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do ex-Vereador Senhor Miguel Cecyn, ocorrido no último dia de janeiro do ano em curso, no município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O litoral paranaense, tem registrado no seu cotidiano, figuras que sempre defendem suas cidades, com entusiasmo, dedicação e muito espírito de luta.

O tempo passa, e essas pessoas angariam em torno de suas decisões, as mais diferentes simpatias, tornando-se com o próprio tempo, parte integrante das decisões de suas cidades. Antonina, não foge à regra, e teve no Vereador Miguel Cecyn, uma dessas pessoas, imbuídas de sentimentos nativistas dos mais profundos.

Fez o que pôde pela sua Antonina.

Suas posições sempre foram claras e objetivas, por essa razão seu falecimento no último dia de janeiro, em Antonina, foi sentida pela grande maioria da população.

Sendo assim, solicitamos que seja enviado um voto de pesar à Senhora Maria Rosa Cecyn e família, à Praça Coronel Mace-

do, s/n° - CEP: 83370-000 - Antonina-Pr.

REQUERIMENTO N° 029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Arnaldo Pereira Ignácio Filho, ocorrido no último dia 03 de fevereiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cada instante da vida, as amizades se renovam, os sentimentos se aprofundam, e com isso ampliamos circunstancialmente o nosso círculo de relacionamentos.

Os momentos se renovam a cada instante, uns se distanciam, enquanto outros vão aos poucos entrando no cotidiano, e então aumentamos os nossos convívios.

Quando menos se espera, somos colhidos de forma rápida, pelos efeitos do destino, cujas causas ficamos dias e dias, para entendermos perfeitamente.

Como pessoas civilizadas, acreditando nos ensinamentos divinos, amenizamos um pouco essas questões materialistas, e levamos os acontecimentos para os aspectos espirituais, talvez até como fator de aliviar a própria dor, que sentimos. Assim é a vida.

No último dia 03 de fevereiro, de forma trágica, deixou o mundo terreno Arnaldo Pereira Ignácio Filho, que, em pouco tempo que começou a desfrutar de nossa amizade, demonstrou ser também identificado com o nosso sistema de vida.

Assim, solicitamos um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Arnaldo P.I. Filho, e pedimos que sejam enviados correspondências ao Senhor Arnaldo Pereira Ignácio, residente à Rua Tobias Barreto, 1.993 - 2° andar - Apto. 22 - Mococa - CEP: 01376-001 - São Paulo-SP., bem como à viúva Professora Célia Regina de Almeida, à Avenida Souza Naves, 701 - Apto. 51 - C.Rei - CEP: 80050-040 - Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Doutor Osmar Dias pela sua atuação à frente da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A agricultura, como fator de conscientização da comunidade rural e da população como um todo, é o melhor caminho. É por este ângulo que vemos a atuação acertada e eficiente do Doutor Osmar Dias à frente da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento por mais de 07 (sete) anos. Essa foi a essência da filosofia do trabalho empreendido, sempre almejando uma vida melhor para todos.

Na sequência dos anos, tivemos oportunidade de constatar pessoalmente que a luta foi grande para que o Paraná seja melhor que ontem e muito melhor amanhã, por isso, é bom lembrar o poeta que disse:

"Trabalhai porque a vida é pequena
E não há para o tempo demora,
Não gasteis os minutos sem pena,
Não façais pouco caso das horas".

O Paraná tornou-se o Estado maior em produção de grãos no Brasil, o Estado agrícola por vocação histórica privilegiado por sua potencialidade, pois, as grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado Estado como é o nosso Paraná.

Os problemas são o ponto que une a todos os paranaenses, legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso, principalmente os agricultores que ajudam na construção da riqueza do Estado, pois sabemos que o progresso e o desenvolvimento do Paraná se inicia na base da agricultura, e, para desenvolver a fé e a esperança achamos que toda a repercussão positiva, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar o dinamismo e o trabalho do Doutor Osmar Dias em que pesem os percalços circunstanciais que atravessa o nosso país.

REQUERIMENTO N° 008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos aos Municípios de São João do Triunfo pela passagem do seu 104° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Olisses Pacil e a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de ontem 15.02.94, São João do

Triunfo viu transcorrer seus 104 anos de emancipação política. Toda a população exultante de alegria comemorou festivamente a magna data.

A primeira penetração na região, onde se localiza o atual Município de São João do Triunfo, foi feita por um caçador que, deslumbrado ante a majestade da floresta, decidiu ali se estabelecer, dando início ao desbravamento e povoamento do sertão. Em 1864 João Nunes de Souza, morador em São José dos Pinhais, internou-se no sertão, como caçador, esporte a que se dedicara com grande entusiasmo; e, em determinado ponto, resolveu radicar-se e fixar residência. Transportando a sua família para o local que escolhera, João Nunes de Souza iniciou os fundamentos de uma propriedade rural, que deu origem à povoação, hoje cidade de São João do Triunfo. Outros sertanistas seguiram o seu exemplo e, com o decorrer do tempo, se foram fixando na localidade. Antonio Dotes foi o segundo desbravador a acompanhar o gesto de João Nunes de Souza, fixando-se no sertão. O primeiro lugar explorado, devassado e povoado recebeu a denominação de Rio da Vargem, para onde se transferiu, em 1867, Antonio Dotes, seguido de mais outros bandeirantes, e onde já se encontrava João Nunes de Souza.

Em 1871 foi criada, nas terras doadas por João Nunes de Souza, a Freguesia de São João do Triunfo, nova denominação dada ao antigo povoado de Rio da Vargem. Foi então construída a primeira capela, sob a invocação de São João Batista. São João do Triunfo teve foros de Vila, por ocasião da criação do Município, com a mesma denominação, em virtude do Decreto Estadual n° 13, de 08 de janeiro de 1890, com área formada do território até então pertencente ao Município de Palmeira. A sede municipal foi instalada oficialmente a 15 de fevereiro de 1890, e, por Decreto n° 88, do mesmo ano, foi elevada judicialmente à categoria de termo.

A Comarca foi instalada a 25 de janeiro de 1949, após a sua criação, pela Lei Estadual n° 93, de 14 de setembro de 1948.

O Município de São João do Triunfo compreende uma área de 715 quilômetros quadrados.

As principais riquezas naturais são de origem vegetal: madeira e erva-mate.

A pecuária representa significativo valor econômico para o município. O principal rebanho é o suíno, seguido do bovino, equino e caprino.

Nesta significativa data toda população de São João do Triunfo é digna do nosso respeito e admiração. Tendo à frente de seus destinos o Prefeito Olisses Pacil, que temos certeza vem conduzindo da melhor maneira possível, colocando em prática uma

série de programas em benefício da laboriosa população.

REQUERIMENTO N° 009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Paulo Frontin, pelo transcurso de seu 42° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Francisco Gawlouski, ao vice-Prefeito Wilson Ranssolin, bem como a todos os Senhores Vereadores para que recebam e transmitam à toda população as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paulo Frontin, comemorou, no último dia 14/02/94 seus 42 anos de emancipação política.

Foi atribuído o descobrimento da antiga região dos Campos dos Biturunas, mais tarde denominada Campos de Palmas, ao sertanista curitibano Zacarias Dias Côrtes que, em 1720, comandou uma expedição ao sul do Iguaçu, tendo atingido o norte do Uruguai.

Outros bandeirantes e exploradores, durante o século XVIII, penetraram na região que, segundo uns, já era conhecida antes do feito de Zacarias Dias Côrtes. Joaquim Ferreira dos Santos, Atanagildo Pinto Martins, Pedro Dias Côrtes e muitos outros são figuras de bandeirantes e desbravadores que primeiro cruzaram a vasta zona dos biturunas, então denominada inteiramente por grandes tribos de índios selvagens e ferozes.

Depois da fundação de Palmas, foram surgindo, com o decorrer do tempo, pequenos núcleos populacionais, quase todos às margens do Rio Iguaçu, que hoje constituem as cidades de União da Vitória, São Mateus do Sul, Mangueirinha, Mallet, Paulo Frontin e outras.

Para o progresso e desenvolvimento da região muito contribuiu a navegação fluvial do Iguaçu, iniciada na última década do século passado, por Amazonas de Araújo Marcondes que foi o primeiro a dotar o sul do Paraná de uma empresa de navegação fluvial, sendo ao mesmo tempo, o fundador de diversas cidades importantes.

Assim, os primeiros contatos com o futuro município de Mallet, de cujo desmembramento resultou a criação do atual Município de Paulo Frontin, foram feitos através de União da Vitória, primeira po-

vuação fundada por Amazonas de Araújo Marcondes, na Bacia do Iguaçu, no antigo Campo dos Biturunas, e antiga zona contestada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Ao sudoeste dessa região, de cujas primitivas explorações nos dá notícias o próprio Francisco Adolfo Varnhagem na sua monumental História do Brasil, bem como o Visconde de Taunay, já existia em 1886 pequeno arraial formado por sertanejos humildes e rudes, conhecido pela denominação de "Chapéu de Sol", sem que se soubesse como poderiam ali ter chegado.

É do próprio A. D'Escragnoille Taunay quem, ao regressar de uma viagem a União da Vitória para Porto Amazonas, assim se refere a essa localidade: "No lugar denominado "Chapéu de Sol" morava ali pobre gente em um recanto de vagabundagem e correrias de indômitos bugres, a cujos assaltos estão sujeitos".

Presume-se que esses habitantes tenham descido o Rio Iguaçu até onde lhes foi possível, desembarcando, a contragosto, na margem e vindo formar, com o decurso dos anos, numeroso núcleo de população cabocla. Somente essa hipótese permite compreender-se a presença dessa "pobre gente" naquelas paragens, numa época tão remota e num local tão afastado de quaisquer outros centros civilizados.

A partir de 1900, chegaram à Colônia Rio Claro, Município de Mallet, 825 famílias de imigrantes polacos, ucranianos e russos, com que recebeu a comunidade notável impulso no seu povoamento e colonização. Diversos outros núcleos coloniais surgiram na região, entre os quais o de Vera Guarani.

Essa colônia recebeu a denominação de "Núcleo Federal de Vera Guarani" e foi fundada pelo Governo Federal, a 20 de janeiro de 1902, com a área de 17.453 hectares, com sede no lugar que posteriormente receberia a denominação da futura Estação Ferroviária, ou seja, Paulo Frontin, para o qual foram encaminhados numerosos imigrantes ucranianos e polacos, principalmente ucranianos oriundos da Áustria.

Com a inauguração, a 20 de abril de 1904, do trecho da Estrada de Ferro ligando Dorizon a Paulo Frontin, sob a responsabilidade da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, a Colônia recebeu grande impulso.

O nome dado à última estação ferroviária foi uma homenagem ao ilustre engenheiro brasileiro Paulo Frontin. Desde então, a sede do Núcleo Colonial de Vera Guarani passou a denominar-se Paulo Frontin, nome que conservou até hoje, sem jamais haver sido alterado.

Em 1908, o povoado de Vera Guarani,

localizado no centro do Núcleo Federal do mesmo nome, tornou-se subsede da colonização. O seu progresso foi lento e descontinuado, de modo que, em 1911, a sua população era constituída de 4208 pessoas.

Outros núcleos coloniais foram criados e a afluência de elementos de nacionalidade polaca, russa e ucraniana continuou a aumentar, de modo que, em 1922, o Governo criou o "Núcleo Santana", situado, também, no distrito de Vera Guarani.

Finalmente, pela Lei Estadual n° 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o Município de Paulo Frontin, com território desmembrado do de Mallet. Sua instalação oficial se deu pouco tempo depois, juntamente com a posse do primeiro Prefeito Municipal, Senhor Antonio Possidente, e da primeira Câmara de Vereadores.

A história de Paulo Frontin é uma história de trabalho, cujo evento marca, além do seu registro, uma cidade renovada pela fibra de seu povo ao longo desses anos.

Nesta significativa data, toda a população de Paulo Frontin é credora de nosso reconhecimento e admiração.

Também é digno de nosso respeito, o atual Prefeito Professor Francisco Gwylouski, que unindo povo e administração tem trazido o progresso para o Município proporcionando assim, melhores condições de vida à população, conquistando a credibilidade através de um trabalho sério, responsável e honesto.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumprimenta a laboriosa população de Paulo Frontin, certos de que o progresso é resultado do trabalho diuturno de todos que labutam em prol da grandeza de seu município e de nosso País.

REQUERIMENTO N° 010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Boa Vista da Aparecida, pelo transcurso de seus 11 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Oldino José Viganô, à vice-Prefeita Senhora Maria da Luz Enzeler Bassoler, assim como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em 22 de fevereiro de 1994, o Municí-

pio de Boa Vista da Aparecida irá comemorar seus 11 anos de emancipação política. Portanto, é um evento que marca além do seu registro histórico, um município renovado pela fibra de seu povo e de seus admiradores de todos os tempos.

Nesta significativa data toda população de Boa Vista da Aparecida é credora de nosso respeito e admiração, pois com muita garra e espírito de luta vem contribuindo para o desenvolvimento cada vez maior do município.

Parabenizamos também nesta ocasião o Prefeito Oldino José Viganô que vem conquistando a confiança e a credibilidade da população através de um trabalho sério, responsável e honesto.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, presta homenagem à laboriosa população de Boa Vista da Aparecida na certeza de que continuará dando sua parcela de contribuição para o desenvolvimento marcante do município.

REQUERIMENTO N° 015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pela comemoração no dia 03 de fevereiro próximo passado, dos seus 75 anos de existência.

Os serviços prestados pela Gazeta do Povo ao Estado do Paraná, são da mais alta significância, pois cumpre com seu dever de informar à população com absoluta imparcialidade e independência.

Fora de qualquer dúvida, de todas as fases por que passou a Gazeta do Povo, o período atual caracteriza-se como sendo o mais importante. Não apenas e tão somente pelo moderno parque gráfico, mas pela mentalidade nova que cada vez mais ganha corpo e forma, cuja essência vem proporcionando respeito e consideração junto aos seus leitores, assim como à sociedade, de uma maneira geral.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao requerer o justo e merecido registro nos Anais deste Poder Legislativo, alusivo ao 75° aniversário de circulação da Gazeta do Povo, solicito que os cumprimentos da Casa àquele conceituado veículo de comunicação, se estendam ao conjunto de seus profissionais que, com idealismo, competência e dedicação, fazem um jornal ágil, inteligente e voltado aos interesses da população.

Requeiro ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, MD. Diretor-Proprietário, à Praça Carlos Gomes, 8 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, expedição de correspondência oficial ao Excelentíssimo Senhor Senador Humberto Lucena, DD. Presidente do Congresso Nacional, no sentido de que faça chegar às lideranças partidárias com assento naquela Casa, apelo para manutenção dos prazos de desincompatibilização previstos nos §§ 6° e 7° do art. 14, da Carta Federal de 88, que incompatibiliza Presidente da República e Governadores de Estado para os pleitos eleitorais, bem como a manutenção das regras contidas na atual lei complementar que estabelece os cargos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação.

A emenda que se pretende inserir na Constituição Federal, via revisão constitucional, se válida para as eleições de 1994, se constituirá no mais abjeto casuismo que a história eleitoral do país registrará.

Pouco importa que existam teses e que seus argumentos sejam válidos, que defendam a reeleição de Presidentes da República, Governadores de Estado e Prefeitos Municipais bem como da existência de prazos, sejam eles quais forem, restringindo a eleição de Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, via lei complementar.

Importa que os detentores de cargos públicos, useira e vezeiramente se utilizam da máquina estatal até às vésperas das eleições, em seu favor ou de seus parentes, o que as tornariam imorais e ilegítimas.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Heinz Herwig, Emilia Belinati, Paulo Maia e Nelson Justus.

REQUERIMENTO N° 011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que seja estudada a viabilidade de doação de uma ambulância ao serviço de assistência social do Distrito de Ivailândia, Município de Engenheiro Beltrão.

Constata-se que o setor de saúde do Distrito de Ivailândia, notadamente no que tange aos organismos de atendimento ao público, não tem uma estrutura compatível com suas verdadeiras necessidades.

Neste quadro, destaca-se, com particular brutalidade, o abandono a que está sujeita a comunidade local, principalmente no âmbito do transporte de pacientes a outros centros de atendimento.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a população do distrito, é que trago tal proposição à apreciação desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando destinar uma viatura policial, nova ou usada, à Delegacia de Polícia do Município de Florai, para melhor atender suas diligências cotidianas, oferecendo aos munícipes, eficiência e segurança no trabalho de prevenção e repressão aos marginais.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal de Florai, Senhor Antônio Freire Munhoz, à Rua Getúlio Vargas, 177 - Cx. P. 61 - CEP 87185-000.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

São medidas necessárias à manutenção da ordem e da segurança pública e à defesa das garantias individuais e da propriedade pública e particular, o uso ostensivo de pessoal e equipamento especializado.

Dentro dessa ótica, a Delegacia de Polícia de Florai, acha-se sem condições de atender às constantes diligências, em face de sua única viatura policial, que por não ter condições de funcionamento há mais de um ano, foi recolhida para reparos.

Para que aquele órgão volte a oferecer aos munícipes, eficiência e segurança, necessita com urgência de uma viatura policial equipada.

Segurança para todos faz parte integrante do Programa de Governo Roberto Requião e do PMDB.

REQUERIMENTO N° 013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, objetivando a liberação de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do Município de Uniflor.

Em que pese haver sempre a predisposição dos responsáveis pela segurança pública, a população de Uniflor está a reivindicar melhores condições para que a polícia opere através de ações preventivas e de combate ao crime e pela manutenção da ordem pública.

Nesse sentido, uma das providências que necessitam serem tomadas, diz respeito à liberação de uma viatura policial equipada, uma vez que, a única viatura existente no município foi recolhida para reparos.

Pela segurança e bem-estar da comunidade de Uniflor, temos certeza de que o Governo do Estado não fugirá à busca de uma solução para a situação ora apresentada.

Da decisão do Plenário, requeiro ainda, dê-se ciência ao Senhor Eurípedes Moraes - Digníssimo Prefeito Municipal de Uniflor, à Avenida Flores, 118 - CEP 87640-000.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de viabilizar a liberação de recursos através da Secretaria de Estado da Saúde, para a aquisição de equipamentos odontológicos a serem doados ao Posto de Saúde do Município de Mandaguaçu.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Dr. Dalvair Paulo Lima de Castro, tal pedido teve sua aprovação por unanimidade de votos quando da realização da sessão na Câmara Municipal de Mandaguaçu, acontecida em 27 de janeiro do corrente ano, sendo que na oportunidade, o nobre Vereador salientou as precárias condições de atendimento à população, citando, a exemplo, que são diversas as pessoas que ficam impossibilitadas de serem atendidas, por falta de equipamento adequado.

Assim, nada mais justo do que, ao menos, minimizar em parte, as deficiências assistenciais, para que a comunidade não tenha necessidade de locomover-se até o município de Maringá em busca de atendimento.

É o requerimento, do qual solicito se dê ciência à Presidência da Câmara do Município de Mandaguaçu, Vereador Dr. Anito Rocha de Oliveira, à Rua Bernardino Bogo, 175 - CEP 87160-000.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, solicitando a liberação de recursos para a compra de medicamentos, à Prefeitura Municipal de Matinhos - PR.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Matinhos, através de seu setor competente, vem realizando na área de saúde um trabalho produtivo, através dos atendimentos dados às famílias carentes. Nesse mérito, ainda existe uma fiscalização permanente, realizada através dos Senhores Vereadores, que também conhecem profundamente a questão em tela.

O grande problema consiste após as consultas nos medicamentos receitados, onde a municipalidade não tem recursos suficientes para suprir os Hospitais e Postos de Saúde de uma lista adequada à realidade diária de cada paciente.

Uma situação delicada existente. Para 1994, a Secretaria da Saúde, através de seus órgãos, tem recursos definidos para apoios emergenciais e técnicos a esses setores.

Assim sendo, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando liberação de recursos para que a Prefeitura de Matinhos possa realizar a compra de medicamentos.

REQUERIMENTO N° 023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Senhores Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, e ao Coronel Eugênio Semmer, Digníssimo Comandante do Policiamento do Interior da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando o aumento efetivo do 9° BPM de Paranaguá, a partir de 1994.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Todas as cidades do litoral paranaense, tiveram um crescimento acentuado em termos populacionais. Em cada município, aumentaram os núcleos habitacionais, com isso surgindo sempre novas questões no setor de segurança pública. Em decorrência, do trabalho sério executado pelo Comando do 9° BPM - Batalhão da Polícia Militar de

Paranaguá - onde a dedicação de todos os milicianos destacados em todas as cidades é digno de registro, com isso produzindo um trabalho eficaz, mas que não é o reclamado pela população, em função dos aumentos dos locais de ocorrências.

Diante desses fatos, e como o Governo Estadual terá recursos disponíveis para o próximo exercício financeiro, seria interessante, e demonstraria uma preocupação com Guarapiranga, Paranaguá, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Antonina nessa questão de aumentar em cada cidade o efetivo militar.

Por essa razão, solicitamos que sejam enviadas correspondências aos Excelentíssimos Senhores Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, e ao Coronel Eugênio Semmer, Digníssimo Comandante do Policiamento do Interior, solicitando que, para o ano de 1994, determinem o aumento do efetivo da Polícia Militar, junto ao 9º BPM, para que o mesmo possa ampliar os destacamentos das cidades do litoral paranaense.

REQUERIMENTO N° 024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Perci Arida, Mui Digno Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES-RJ), solicitando a ampliação da linha de créditos para desenvolvimento de projetos turísticos.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Paraná a cada ano que passa, através de uma ação eficiente da classe empresarial, tem ampliado sensivelmente o seu potencial turístico. Nesse setor registra-se o trabalho destacado realizado pela Associação Comercial do Paraná, através dos vários sistemas em andamento, onde a atual Diretoria tem buscado mostrar resultados concretos de se investir nessa importante área do cenário econômico do Paraná.

Com a retenção do mercado financeiro, diante do custo operacional das transações, os capitais de giro das empresas tornam-se impotentes para a realização das suas próprias custas de projetos globais nas áreas turísticas, por essa razão, é natural, e até eficaz, buscar nos estabelecimentos de fomento os recursos necessários.

O Estado, através das iniciativas particulares, tem dado retorno ao Governo, por essa razão, é que sentimos a necessidade do BNDES ampliar para o Paraná suas linhas de créditos turísticos, e divulgar

de forma a dar condições a novas ampliações nessa parte da atividade comercial. Não fugimos as regras incrementadas pelo Governo Federal, pois os recursos disponíveis existem e repassados dentro de um sistema expansionista, temos certeza trarão ótimos resultados à própria Nação.

Poderíamos embasar esse pedido, com inúmeros dados, porém a razão fala mais alto, por isso solicitamos que seja enviado um expediente ao Ilustríssimo Doutor Perci Arida, Mui Digno Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES-RJ, solicitando a ampliação de recursos financeiros esse ano, para o desenvolvimento de projetos turísticos no Estado.

REQUERIMENTO N° 033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembléia, informações oficiais acerca dos requerimentos n° 4.330 de 09.11.93 e 4.289 de 08.11.93 que trata, do pedido de informações à SERLOPAR - Serviço de Loterias do Paraná e Ouvidoria Geral do Estado, cujos prazos de 30 dias expiraram-se em 22.12.93, em conformidade com o artigo 135 § 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A sociedade e a opinião pública paranaense aguardam com grande expectativa e ansiedade os esclarecimentos sobre o pedido de informações contidos nos requerimentos, cujos prazos expiraram-se no dia 22.12.93, respectivamente à SERLOPAR e a Ouvidoria Geral do Estado, que estranhamente ainda não chegaram à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Ofício 1ª Sec. n° 229/93

Curitiba, 28 de dezembro de 1993.
Senhor Deputado.

Com o presente, informamos a Vossa Excelência que, encontra-se no Gabinete desta 1ª Secretaria, à disposição do nobre Deputado, a documentação encaminhada pelo Exmo. Sr. Secretário Especial da Ouvidoria Geral, originária do contido no Ofício n° 6.000/93/DA/CDA/CS, referente ao Requerimento de Informações de sua autoria.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada consideração e apreço.

Deputado Anibal Khury - 1º Secretário
Excelentíssimo Senhor
Deputado PAULO MAIA
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

REQUERIMENTO N° 033-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado da Secretaria dos Transportes, pedido de informações para resposta aos seguintes quesitos:

1) Qual a firma que foi contemplada na licitação para a recuperação da estrada que liga Curitiba a Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul?

2) Qual o tipo de serviço contratado?

3) Qual a vida útil prevista para as obras a serem realizadas?

4) Quais as garantias apresentadas pela firma no que respeita à conclusão e duração das obras especificadas?

5) Tem a firma em questão, tradição neste tipo de obras?

6) Foi a mesma firma que realizou trabalhos semelhantes na ligação Curitiba-São José dos Pinhais (Avenida das Torres)?

Requeiro, outrossim, seja encaminhada a essa Casa a documentação atinente à referida Licitação.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 010/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ortigueira com sede e foro no Município de Ortigueira, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Ortigueira-Pr, que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, de duração ilimitada e com sede e foro na Cidade de Ortigueira-Pr; Avenida Farroupilha, s/n°.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ortigueira tem por finalidades principais: a) manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do

excepcional; b) estimular o trabalho do excepcional por meio de exposições, de cooperativas, de oficinas protegidas e das medidas que forem julgadas necessárias; c) promover meios para desenvolvimento de atividades extra-curriculares, além de medidas comunitárias, de âmbito municipal e regional, que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar do excepcional onde quer que ele se encontre; além de promover a fundação e prestar assistência a Associações congêneres; d) desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para o excepcional; e) esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa do excepcional; além de levar o público a conhecer melhor o problema do excepcional e cooperar com as entidades interessadas nos mesmos problemas; f) diligenciar, por todos os meios de divulgação o apoio da opinião pública e dos órgãos oficiais, para a solução dos problemas do excepcional; g) organizar a assistência ao excepcional egresso ou não dos estabelecimentos especializados, independentemente de idade; além de encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos do excepcional e, h) angariar e recolher fundos para a realização dos propósitos da Associação.

Pela magnitude do trabalho realizado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Ortigueira foi reconhecida como de Utilidade Pública Municipal, pela Lei n° 141/89 de 27 de novembro de 1989.

Assim, pelo trabalho realizado junto à comunidade, nada mais justo que venha a ser reconhecida como de Utilidade Pública Estadual, para cuja proposição conta este parlamentar com o apoio de seus pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 011/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Mário Alberto Nobre Soares.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Mário Soares, de seu nome completo Mário Alberto Nobre Lopes Soares, nasceu em Lisboa, em 7 de Dezembro de 1.924. É casado com Maria de Jesus Simões Barroso Soares, desde 1.949, e tem dois filhos.

Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1951, e em Direito, na Faculdade de Direito da Universida-

de de Lisboa, em 1.957. Foi professor do ensino secundário (particular). Exerceu a advocacia durante muitos anos e, quando do seu exílio em França, foi "chargé de Cours", nas Universidades de Vincennes (Paris VIII) e da Sorbonne (Paris IV), tendo sido igualmente professor associado na Faculdade de Letras da Universidade da Alta Bretanha (Rennes) - Universidades de que é hoje doutor "honoris causa".

Desde os tempos de estudante universitário foi um ativo resistente à ditadura.

Pertenceu ao MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista), em Maio de 1943, e, depois, foi membro da Comissão Central do MUD (Movimento de Unidade Democrática), sob a presidência do Professor Mário de Azevedo Gomes (1.946), tendo sido fundador do MUD Juvenil, a cuja primeira Comissão Central pertenceu. Foi Secretário da Comissão Central da candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República, em 1.949. Integrou o Directório Democrático-Social (1.959), dirigido por Antonio Sérgio, Jaime Cortesão e Azevedo Gomes e, em 1958, pertenceu à comissão da candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República.

Pela sua atividade política contra a ditadura foi preso pela PIDE 12 vezes (num total de quase 3 anos), deportado sem julgamento para S. Tomé (África) em 1.968 e, em 1.970, foi obrigado a exilar-se em França.

Em 1.961, foi redator e signatário do Programa para a Democratização da República, tendo sido candidato a deputado pela oposição democrática em 1.965 e 1.969 (CEUD).

Foi membro da Resistência Republicana e Socialista, na década de 50, e fundador da Ação Socialista Portuguesa, em 1.964. Em 1.973, no Congresso realizado na Alemanha, a Ação Socialista Portuguesa transformou-se em Partido Socialista, do qual Mário Soares foi eleito Secretário-Geral, cargo para que seria sucessivamente reeleito e desempenharia durante quase treze anos.

Em 25 de abril de 1.974, Mário Soares estava no exílio em França, de onde regressou a Portugal, tendo chegado no dia 28 a Lisboa, no depois chamado "Comboio da Liberdade".

Passados poucos dias, foi enviado pela Junta de Salvação Nacional às capitais europeias para obter o reconhecimento diplomático do novo regime democrático.

Participou nos I, II e III Governos Provisórios, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, e no IV, como Ministro sem Pasta. Iniciou, oficialmente, o processo de descolonização nos encontros de Dakar com Aristides Pereira, atual Presidente Popular de Cabo Verde, e de Lusaka, com

Samora Machel, malogrado Presidente da República Popular de Moçambique.

Em protesto pelo chamado "caso República" e pela crescente tentativa de perversão totalitária da revolução, demitiu-se do IV Governo Provisório, abrindo-se assim a crise governamental que levaria à queda deste Governo e, depois, à contestação ao V Governo Provisório e à demissão de Vasco Gonçalves, período que ficou conhecido por "verão quente" (1.975) e que levaria ao célebre comício da Fonte Luminosa, ao qual ocorreram muitas centenas de milhares de pessoas, em protesto contra a ameaça de uma nova ditadura, e ao "25 de Novembro", movimento militar em que foi reposto o espírito original e democrático da revolução de Abril.

Como Secretário-Geral do PS participou em todas as campanhas eleitorais, sendo deputado por Lisboa em todas as legislaturas, até 1.986. Em consequência da vitória do PS nas primeiras eleições legislativas, realizadas em 1986, foi nomeado Primeiro Ministro do I Governo Constitucional (1.976-1.977) e, depois, do II Governo Constitucional (1.978), este último baseado num acordo político de incidência governamental com o CDS.

Entre 1979 e 1983, liderou a oposição aos governos de iniciativa presidencial, da responsabilidade do então Presidente da República, General Ramalho Eanes, e aos governos da AD (Aliança Democrática) Constituída pelo PSD, CDS, e o PPM). Durante este período foi viabilizada a primeira revisão da Constituição da República, no qual Mário Soares se empenhou decisivamente. Esta revisão constitucional eliminou finalmente a tutela político-militar, que vinha dos primeiros tempos da revolução, e consagrou o caráter civilista, pluripartidário e de tipo ocidental do regime. Foi então criado o conselho de Estado, para o qual Mário Soares foi eleito pelo Parlamento.

Após nova dissolução da Assembleia da República, ocorrido em 1983, e as eleições legislativas que voltaram a dar a vitória o PS, foi nomeado de novo Primeiro Ministro do IX Governo Constitucional com base numa coligação partidária PS/PSD (1983 - 1985), o qual pôs em prática um plano de emergência e recuperação da economia e restabeleceu os equilíbrios externos. Coube ao 4º Governo Constitucional ultimar o processo de adesão de Portugal à CEE, conduzir as últimas negociações e assinar o tratado de adesão, em 1985.

Em janeiro de 1986, Mário Soares candidatou-se às eleições presidenciais, com o apoio de muitas personalidades independentes e do PS (na 1ª volta) e de toda a esquerda (na 2ª volta), tendo sido eleito

em 16 de fevereiro, para um mandato de cinco anos. É o primeiro Presidente civil eleito diretamente pelo povo, na História portuguesa. Renunciou então aos seus cargos de Secretário-Geral do PS e de Deputado, tendo tomado posse e prestado juramento no dia 9 de Março de 1986.

Como Secretário-Geral do PS, Vice-Presidente da Internacional Socialista (cargo para que foi eleito no Congresso de Geneve, em 1976, e depois sucessivamente reeleito), Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro Ministro, Mário Soares desenvolveu uma enorme atividade internacional. Foi presidente das Comissões da IS para o Médio-Oriente e para a América Latina, tendo realizado várias missões de informações àquelas zonas e bem assim à África Austral. Participou em numerosas negociações, encontros, colóquios, congressos e missões no quadro da Internacional Socialista e fora dele.

Em março de 1977 iniciou o processo de adesão de Portugal à CEE e subscreveu, como Primeiro Ministro, o Tratado de Adesão, em 12 de julho de 1985.

Mário Soares é laureado com o Prêmio Internacional dos Direitos do Homem, que lhe foi entregue pelo Embaixador dos EUA junto das Nações Unidas, Andrew Young, em Nova York (Abril de 1977), com o Prêmio Joseph Lemaire (Bruxelas, Dezembro de 1975) e com Prêmio Robert Schuman (Estrasburgo).

É cidadão honorário da Cidade do Rio de Janeiro (1984), "Chubbs Felwship" da Universidade de Yale (EUA) e Doutor "Honoris Causa" pelas Universidades da Alta Bretanha (Rennes, França), Hankuk (Coreia do Sul), Lancaster (Inglaterra), São Paulo (Brasil), Brown W Princenton (EUA), Salamanca (Espanha), Bolonha (Itália), Sorbone (França) e pela Universidade Livre de Bruxelas. É sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras desde Abril de 1987.

Foi agraciado, em 1981, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, e possui, também numerosas e importantes condecorações estrangeiras.

PROJETO DE LEI Nº 012/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 10.681/93 de 20 de dezembro de 1993.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora submetemos à apreciação desta augusta Assembléia Legislativa objetiva corrigir flagrante injustiça cometida ao Município de CAPITÃO LEONIDAS MARQUES com a aprovação e promulgação da Lei nº 10.681/93, senão vejamos:

1º - Para a criação do Município de Santa Lúcia, desmembrado de Capitão Leonidas Marques através da Lei nº 9.243/90 de maio de 1990 (xerox anexo), foi efetuada consulta aos habitantes da área envolvida nas divisas, cuja população manifestou-se através de abaixo-assinado na época optando pelas divisas, que constaram da referida Lei nº 9.243/90, (xerox anexo), cuja aprovação se deu harmoniosamente através de plebiscito realizado para tal fim.

2º - Somente agora em janeiro de 1994, as autoridades municipais e a população de Capitão Leonidas Marques tomaram conhecimento com grande surpresa, da notícia da aprovação pela Assembléia Legislativa do Projeto de Lei e a promulgação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, a qual foi convertida em Lei nº 10.681/93 de 20 de dezembro de 1993 (xerox anexo), alterando o memorial descritivo constante do artigo 1º da Lei nº 9.243/93, que criou o Município de Santa Lúcia.

3º - O Senhor Prefeito Municipal, o Senhor Vice-Prefeito, a Câmara Municipal de vereadores, e demais autoridades, bem como a população de Capitão Leonidas Marques, especialmente aquela residente na área envolvida, não foram consultados sobre a retificação das divisas propostas e aprovadas pela Assembléia Legislativa sem seu conhecimento.

Todos nós conhecemos que para fusão e desmembramento de Municípios, são requisitos mínimos, básicos e essenciais, indispensáveis a serem preenchidos inicialmente, é o da consulta prévia, mediante plebiscito, o que realmente foi feito quando do desmembramento para criação de Santa Lúcia que originou a Lei sob nº 9.243/90, e que não ocorreu para a aprovação da Lei nº 10.681/93.

4º - Com a nova divisão causada pela Lei nº 10.681/93, as comunidades de Linha Barra Grande, Linha São José, Linha Boa Esperança e Linha São Sebastião, foram divididas ao meio, sendo que uma parte das propriedades ficou com Capitão Leonidas Marques e outra parte com Santa Lúcia. A Escola e a Igreja permaneceram com Capitão Leonidas Marques, ou seja; aquela população ao lado de Santa Lúcia continua frequentando a Escola e a Igreja pertencentes a Capitão Leonidas Marques.

5º - As divisas originais dos dois municípios eram quase em linha reta, entretanto, agora com a Lei nº 10.681/93 as divisas ficaram em ziguezague, inclusive dividindo ao meio as outras comunidades como; Linha Palmeirinha, Linha São Paulo, Linha Princesa Isabel e a Linha Centro No-

vo.

6° - As populações nas comunidades mencionadas nos itens 4° e 5° quase todas servidas por estradas cascalhadas ou com calçamento, ligando com o Centro de Capitão Leônidas Marques. Agora para se deslocarem ao centro de Santa Lúcia, simplesmente não têm comunicação, a não ser passando por Capitão Leônidas Marques.

7° - Senhores Deputados, trata-se de uma região que luta para resgatar sua integração ao conjunto dinâmico, do núcleo do Paraná e a refletir desajustes históricos que com esta iniciativa estamos nos esforçando para corrigir.

PROJETO DE LEI N° 013/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado a Faculdade Estadual no Município de São José dos Pinhais, com os seguintes Cursos: Letras, Pedagogia, Psicologia, Filosofia, Educação Física, Economia e Administração de Empresa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.94

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

São José dos Pinhais está entre os Municípios que mais arrecadam ICMS no Estado. Em contrapartida, o retorno deste esforço que enriquece o Tesouro Estadual tem sido o mais tímido possível.

Se compararmos com outros municípios, com baixa arrecadação, que são privilegiados com faculdades pagas pelo erário público, chegaremos na conclusão que ao contemplar São José dos Pinhais, com uma Faculdade Estadual não apenas estaríamos fazendo justiça social, como também estaríamos contribuindo sobremaneira para o aperfeiçoamento do grande contingente de mão-de-obra empregado naquele município, bem como ampliando as oportunidades de acesso ao 3° grau daqueles estudantes carentes do local e da Região Metropolitana de Curitiba.

PROJETO DE LEI N° 014/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado a Faculdade Estadual no Município de Curitiba, a ser instalada no bairro do Pinheirinho, nas proximidades do terminal do Sistema de Transporte Coletivo, com os seguintes Cursos: Letras, Pedagogia, Psicologia, Filosofia, Economia, Administração de Empresa e Educação Física.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.94

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A grande demanda de estudantes em busca do ingresso ao terceiro grau em Curitiba tem exigido dos administradores públicos uma tomada de decisão urgente. De um lado o extraordinário número de jovens tentando sua vaga na Universidade. Por outro, o pequeno número de oferta de vagas na única Universidade gratuita que é a UFPR. Entre meios estão os estabelecimentos de ensino de terceiro grau privados e praticando taxas de mensalidades que são verdadeiros obstáculos para os estudantes, na sua maioria carentes.

Levando em conta a fantástica arrecadação de ICMS e outros impostos a nível de Curitiba, criar esta Faculdade Estadual, no denso bairro do Pinheirinho, seria praticar justiça social e ampliar os horizontes de inteligência e das Ciências Sociais a serviço do Paraná e do Brasil.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, desejando boas vindas aos companheiros que compõem esse Poder Legislativo, não poderíamos deixar de usar nesta oportunidade, mesmo lamentando a ausência da maioria na Casa, de registrar a nossa preocupação, a nossa manifestação nesta oportunidade quando somos citados, mais uma vez, pelo Governo do Estado em algumas situações que a seguir passaremos a numerar. E queremos, nesta oportunidade deixar aqui registrado para que se leve ao conhecimento, inclusive do Sr. Governador que o Paraná está cheio de discursos, está faltando a prática. O Sr. Governador até esta oportunidade teve tempo suficiente e tem gasto o tempo de governar o Paraná, de administrar esse Estado falando, discursando e procurando vender a sua imagem através da mídia. Os jornais têm publicado o que o Governador pensa e acha. O Governador escreve suas matérias de opinião para que o público saiba o que está pensando. Pois bem, li o que o Senhor escreveu para os professores, sou professor. Não era este público o seu alvo? E respondi o que os professores pensam da atual administração. O Senhor vem de conversa, como é de praxe, respondi com realidade e em cima da realidade que hoje vive o professor e o funcionário público Estado do Paraná. Se o Senhor não concorda comigo, eu também não tenho concordado em muitos atos com as suas posturas. E falo como representante, como membro legítimo do corpo de professores e funcionalismo público do Estado do Paraná. O Senhor teve

tempo de ler meu artigo, recortá-lo, e respondê-lo pessoalmente, de punho, inclusive invocando palavras bíblicas, que acredito não deve nem entendê-las.

O Governador do Paraná tem tempo de mandar mensagens pilhéricas para um Deputado cujo tempo que deveria gastar governando, para enviar, pessoalmente, um fax engraçadinho em resposta a uma opinião da qual discorda.

Vai a um programa de rádio e nomina Paulo Maia e Lourenço Fregonese como Deputadinhos, e nos desafia abrímos os nossos sigilos bancários. Acho que quem está procurando ser governadorzinho do Paraná, não é o Deputado que nesta Casa tem tido postura política bastante clara sobre aquilo que pensa à respeito do Estado do Paraná.

Abrimos nosso sigilo bancário com muito gosto, Governador, inclusive nosso colega Fregonese, nesta Casa, é autor de uma Lei que não passou, prevendo a abertura do sigilo bancário de políticos.

Não passou porque nada do que o Senhor não gosta não passa aqui nesta Assembléia. O Senhor oprime a bancada governista e chama de "deputadinhos" os Parlamentares que o Senhor não consegue calar. Mas, antes, dê o exemplo, abra o sigilo bancário seu, dos seus irmãos, dos seus parentes confortados e instalados no BANESTADO e em Secretarias do Estado e outros órgãos do Estado, quebre o sigilo bancário da sua família, de seus pares e estamos com as nossas contas à disposição.

Não fazemos viagem pelo Brasil com avião pago pelo povo do Paraná.

Aqui nesta Casa se rejeitou um projeto de nossa autoria quando se pedia explicações, quando se pedia que se justificasse à Assembléia Legislativa as viagens ao exterior do Governo do Estado e da comitiva que o acompanhava, pedido onde solicitava que se esclarecesse quais os motivos e quem eram as pessoas que acompanhavam o Governador e quais as finalidades dessas viagens ao exterior. Para nossa surpresa, esse projeto passou em primeira discussão, mas em segunda o Governador Roberto Requião, quando fazia o carnaval com a distribuição de kombis e viaturas policiais em frente ao Palácio Iguagu, exigia que sua bancada viesse a esta Casa derrubar o nosso projeto de lei porque não tinha satisfação nenhuma a dar ao Deputado Paulo Maia. Dizia, posteriormente, num programa de televisão a mesma coisa.

Agora, quando se pede a transparência, quando se pede quebra de sigilo bancário, quando se pede honestidade de um governo, não pode pensar em fazê-lo apenas para os vizinhos, deve primeiro executar dentro da sua casa.

E para gastar o dinheiro do povo, o tempo que o Senhor deveria dedicar admi-

nistrando esse Estado, faz jogando ódio através de uma mídia que hoje está em suas mãos pelo poder econômico que é o dinheiro do povo.

Está na hora de se parar de fazer palhaçada e começar a governar. Já não é sem tempo.

Em vez de assinar bilhetinhos, torpedinhos, via fax, que tal regulamentar a lei contra a discriminação da mulher, de nossa autoria, aprovada e até hoje não regulamentada, mesmo sendo uma lei sancionada pelo Governo do Estado.

Regulamente a lei que proíbe a venda e comercialização de bebidas alcoólicas às margens das rodovias estaduais, isto até hoje não aconteceu. Regulamente a lei que elimina o segundo estágio probatório para os professores aprovada nesta Casa, vetada por V. Exa., mas derrubado o veto desta Casa e promulgada pelo Presidente deste Poder.

Responder os Pedidos de Informações da SERLOPAR, da Ouvidoria-Geral, esclarecer o escândalo dos helicópteros e as contas da Comunicação Social, isto é transparência, isto é governo democrático. É assim que o Senhor trabalha: dizendo não a esses questionamentos ou mandando derrubar pedidos de informações feitos por aqueles que nesta Casa não lhe são súditos e não lhe fala de joelhos.

Pelo bem dos paranaenses, troque as atividades de mídias, de escrever bilhetinhos e dar entrevistas caluniosas em rádio, pela atividade da administração pública, porque depois o Senhor não terá mais tempo, dois de abril está chegando aí.

Governe, Governador, trabalhe e prove o que o Senhor diz e repete, o que o Senhor fez com a educação, pare de falar e mostre, peça aos seus assessores, que ao invés de lhe mostrarem os jornais, lhe contem o que está acontecendo no seu governo e os coloque para responder os bilhetinhos.

(falo na Liderança do PT).

Vamos nos preocupar neste Estado e neste País com coisas fundamentais e importantes que interessam ao povo do Paraná e ao povo brasileiro, e que passe o Senhor Governador a responder essas questões que são mais importantes, que se deixe de discriminar quem nesta Casa tem coragem de dizer não e denunciar os atos que causam dúvidas a esta Casa e ao povo do Paraná. Vamos usar uma política voltada para os interesses do município do Estado e não discriminar aqueles Prefeitos que até hoje tiveram a coragem de manter as suas posturas políticas, defendendo as suas propostas ao povo, vamos parar de discriminar os municípios que hoje não lhe dão sustentação e que não lhe ajoelham aos pés. Cremos

que desta forma de fato, estará se fazendo um governo democrático, transparente e aberto.

E nosso povo queria ver trabalho, e terá chance ainda. As próximas eleições se aproximam e com certeza este Estado há de ser governado por quem já deu demonstração de capacidade e inteligência de governar e não de derramar ódio contra aqueles que são capazes e que têm a coragem de tecer críticas ao Governo do Estado e o povo do Paraná tem a certeza dessa esperança, porque hoje defendemos uma candidatura voltada à administração do Paraná sem o tratamento de desigualdade, como hoje acontece.

Defendemos a candidatura de quem teve a capacidade de vender Curitiba para o mundo e que hoje é taxado por esse que tem dor de cotovelo e que taxa de "decorador de cidade".

Vender uma imagem de Curitiba para o mundo, hoje são taxados por dor de cotovelo, como "decorador de cidade", porque não tem capacidade de fazer a mesma coisa em relação ao Estado do Paraná, mas temos certeza que a partir de 95 a imagem deste Estado estará sendo vendida para o Brasil, estará sendo vendida para o mundo, através de uma administração competente, através de uma administração inteligente e que responderá com certeza aos anseios dos nossos municípios e do povo paranaense, aos anseios do funcionalismo público que com estes reajustes que aí estão, não se tem dado mais que a reposição salarial dita pela inflação, é isto que nós estamos esperando, que o funcionário público possa ter um momento mais feliz, que não se ande pelos corredores desta Casa, onde se vê funcionário reclamando do péssimo salário que tem, sem uma política salarial, este exemplo também esta Casa não deu, criando um plano de cargos e salários para os seus funcionários, a exemplo do que faz hoje o Poder Executivo também em relação aos funcionários públicos.

Daqui a pouco, S. Exa. Governador Roberto Requião estará dando uma entrevista coletiva para anunciar mais uma vez, mais uma de suas jogadas de marketing, porque neste momento não se joga com a mesma lealdade, dizendo que esta iniciativa de abertura de sigilo bancário é iniciativa de um Deputado desta Casa, porque com certeza este Deputado também não se ajoelhou aos seus pés, até nisto ele é capaz de fazer o plágio e se esconder dizendo que é sua a iniciativa da quebra de sigilo bancário de políticos que compõem poderes diferentes e que concorrerão a cargos diferentes. Quando desafiou Jaime Lerner e Cassio Toniguchi para que abrissem as suas contas bancárias, o Jaime inteligentemente dizia que a sua vida fora investigada na Prefeitura de Curitiba quando o seu suces-

sor nada mais era do que o atual Governador do Paraná. Posteriormente assumia e entregava a Prefeitura dizendo de como recebia e como saía do Município de Curitiba. E isto está posto a nível da justiça eleitoral, mas o PDT nesta Casa vai aprovar se inconstitucional ou não esta iniciativa, e nossa Bancada deixa aberta, não só ao Governador do Estado, mas aqueles que porventura queiram as contas bancária e a vida, para que se mostre que se há alguém com mãos limpas fazemos parte deste grupo; a nossa Bancada faz, como tenho certeza que a maioria desta Casa também assim procede.

Poderia bem estar trabalhando algumas ações concretas de melhoria de vida e de salário do funcionalismo público e dos professores, lamentavelmente não acontece. Queremos deixar registrado mais uma vez a nossa preocupação de que fomos eleitos pelo povo; não fomos eleitos com o dinheiro público, não usamos a máquina pública para nos eleger, e não estamos correndo o Estado às custas do dinheiro público para vender uma candidatura ao Senado, ou correndo o País às custas do dinheiro público para tentar ser candidato à Presidência da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Segundo orador inscrito Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ H. B. TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quereria poder tratar pondo a ponto as questões aqui suscitadas pelo ilustre Deputado Paulo Maia, Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, no entanto terei de fazê-lo em outra oportunidade já que matéria mais urgente e imediata me traz à Tribuna desta Casa na retomada dos trabalhos deste período.

O semestre passado, V. Exas. são testemunhas, por mais de uma vez ocupei a tribuna desta Casa para dizer da indignação, do repúdio, do inconformismo com procedimentos havidos no âmbito das Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná relativamente a presos comuns, repetindo procedimentos havidos em relação antes a presos políticos. O cometimento reiterado de violências e torturas contra cidadãos que alçados a esfera policial acabam sendo vítimas de abusos de toda ordem.

Em função dessas manifestações requeri a esta Casa a instalação de uma Comissão Especial encarregada de estudar as causas vertentes e implicações do uso pela Polícia Civil e Militar de métodos violentos de investigação e em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos. Acostada a esta solici-

tação, a este requerimento, diversas reportagens dando conta de mortes e torturas no âmbito de delegacias de polícia do Estado do Paraná.

Mais longe ainda, Senhor Presidente, disse semestre passado, da omissão da autoridade secretarial no enfrentamento dessa grave questão no âmbito da Polícia Civil e Militar do Estado do Paraná.

Depois disto novos fatos vieram a se agregar àqueles anteriormente noticiados como o havido em outubro, em que bôia-fria morreu ao apanhar de policiais militares, segundo conclusão do Instituto Médico Legal de Umuarama, isto tendo ocorrido em Alto Piquiri.

Pois muito bem, já tinha pronto o conjunto de requerimentos que são os requerimentos de indicação das lideranças partidárias para fazer formar essa Comissão Especial, e farei submeter isto aos líderes das bancadas desta Casa, já tinha pronto nesses requerimentos padrão quando ontem às 23:30 recebi em minha casa comunicação de Ivanira B. Turra, minha prima em primeiro grau, dando conta da prisão no dia anterior, na noite de terça-feira do jovem de 16 anos, Creison Turra, na Comarca de Corbélia, onde mantém o domicílio eleitoral, e sou o Parlamentar mais votado, dando conta de sua prisão por cinco policiais militares, ao lado de um outro trabalhador, envolvido em uma briga durante as festividades carnavalescas naquele município, a sua condução até o destacamento da Polícia Militar local, onde, algemado, esse jovem de 16 anos ao lado desse trabalhador borracheiro foram submetidos a cruéis e imperdoáveis torturas por parte dos cinco policiais militares atuantes naquele destacamento.

Antes de assomar a esta tribuna disse deste fato ao Deputado Alborghetti que é Parlamentar e homem afeito às questões policiais e ele fez antever a hipótese que prefiro descartar de perseguição em função de manifestações anteriores que havíamos feito no exercício do nosso mandato parlamentar. Em debate com Sua Excelência o Deputado Alborghetti disse que preferia crer, isto se tratava na verdade...

(**Término do tempo**)

Utilizo o horário da Liderança do PMDB, Senhor Presidente.

(**Assentimento**)

Disse ao Deputado Alborghetti que preferia acreditar tratava-se, na verdade, da repetição de procedimentos havidos não apenas em relação a determinados extratos da sociedade, mas a todos os extratos.

Se antes noticiava o cometimento desses crimes contra bôias-frias, contra tra-

balhadores em geral, contra negros, contra agricultores, agora noticiam o cometimento do mesmo crime contra um jovem filho de classe média, dando conta de que a violência é mesmo cega e labora indiscriminadamente. É verdade, a tortura é quase seletiva, é preferencialmente seletiva e alcança sobretudo os setores mais pobres e desprotegidos da sociedade.

Mas isto me faz lembrar, caro Presidente e caros Parlamentares, manifestações havidas há muitos anos atrás e reproduzida num texto que reputo célebre, apesar das divergências que depois se seguiram com o seu autor, do ilustre Deputado Federal, Alencar Furtado, quando dizia de um Deputado Governista lambe botas que se ocupava em fazer a defesa do Governo, dia após dia, absolutamente indiferente a todos os crimes que vinham sendo cometidos sob os auspícios do regime militar em nosso País. E assim o fez até que seu filho, o filho desse Parlamentar governista foi alcançado pela tortura e foi morto. Aí ele se tornou Deputado. Aí ele passou a exercer o seu mandato: mandato denúncia, mandato confronto, mandato embaite.

Folgo em saber que tratei, antes, de ser alcançado, em relação de parentesco por este crime.

E é assim então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que trago essa notícia exemplar, como exemplares são e devem ser levadas a público todas as violações pelo Estado, e aí entendida a organização estatal no sentido mais amplo contra a cidadania.

Tenho, Senhor Presidente e Senhores Deputados e esse recesso parlamentar só faz confirmar isto, foi tal o número de denúncias que recebi de violações a direitos da cidadania durante esse recesso parlamentar, de tal grau e tal ordem, que fico mesmo a me inquirir sobre as possibilidades de superação pelo nosso País, dessa grave crise política institucional e social que nos encontramos.

O Estado leviatã, pensado por Hobbes, parece atualíssimo. Um Estado organizado justamente para achacar e reprimir a sociedade que o organizou. O Estado foi pensado e organizado pela sociedade e hoje, mais que nunca, o Estado se organiza contra a cidadania.

É assim que ainda, semana retrasada, recebi a notícia de ação da Polícia Federal como também de juizado civil da Comarca de Curitiba, alcançando a Câmara de Comércio Brasil-Argentina e colocando em questão a presença do seu Diretor-Presidente. Do Diretor Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Argentina, conhecido de muitos Parlamentares, colocando em questão

a sua permanência no País. Foi a Câmara de Comércio Brasil-Argentina invadida pela Polícia Federal e por ordem da Justiça local, em outro processo, distinto da questão relativa ao seu passaporte e à sua permanência no País, foram os bens arrestados, bens que são da Câmara, num processo que diz respeito pessoalmente ao Diretor-Presidente daquela Câmara.

Enfim, um conjunto de arbitrariedades que me fizeram estarrecer e dessas arbitrariedades também foi comunicado o Deputado Ernani Pudell. E assim outros tantos episódios onde a cidadania precisa-requerer - diante do Estado - direitos. Precisa ter apreciadas as suas questões. Precisa ter, enfim, decididas as suas matérias e os processos em matéria se arrastam, dias após dias, meses após meses, e nada se resolve.

Hã aquilo talvez, que disse ontem, o ilustre e Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o proceder da passividade. As esferas estatais nos seus diversos níveis e nas diversas instâncias ocupam-se em fazer manter a situação indefinidamente. Indiferentes aos anseios e às aspirações e exigências da sociedade.

Enfim, Senhor Presidente, trago essas notícias esparsas ainda não suficientemente organizadas, para dizer que na minha indignação com o procedimento que é especialmente grave e qualificado porque praticado pelo Estado. Não há covardia maior do que aquela cometida pelos agentes do aparelho estatal que deveriam encarregar-se dos cuidados e do zelo com integridade física e moral da cidadania, especialmente, justamente os agentes que são pagos pela cidadania para zelar pela sua segurança, não há covardia maior do que a violência praticada pelos agentes do Estado contra os cidadãos. Então é assim que comunico, em primeira mão, ao Plenário desta Casa, estes fatos, que reputo, graves.

Vou fazer submeter aos líderes das Bancadas esse requerimento padrão para que possamos instalar, imediatamente, uma Comissão Especial sobre a tortura na Assembleia Legislativa do Estado e aproveito também para reiterar à Presidência da Casa e à Mesa Executiva da Assembleia, o pedido de que faça submeter ao Plenário da Assembleia Legislativa o relatório de que fui autor, da CPI sobre a Polícia Militar. Lá estão contidas diversas recomendações fundamentais para disciplinar o aparelho policial repressivo no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná. Tramita esse requerimento em conjunto com outro relatório da lavra do Deputado Oswaldo Trevisan. É preciso que ambos venham a Plenário para que possamos decidir essa matéria, é preciso, enfim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, submeter o esquema de Segurança

Pública, Deputado Alborghetti, submeter a Polícia Civil e a Militar aos controles da cidadania e aos controles políticos. É preciso que a Polícia Militar e a Polícia Civil estejam submetidas ao controle da população e daqueles que, por representação, têm as tarefas e a delegação da população para exercer o poder em nosso Estado.

Não é admissível mais que as Polícias continuem a alterar ao seu bel prazer e ao prazer dos seus agentes, contra a cidadania, contra o Estado e contra a sociedade.

Eram as notícias e os esclarecimentos.

Obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem não estive presente neste Parlamento, porque estive no meu gabinete, na minha constante luta pela miséria, pelo sofrimento, pelos encontros e os desencontros de milhares de seres humanos que procuram este Parlamentar a procura de soluções para abrandar, pelo menos, suavizar os seus sofrimentos, mas de tudo o que eu ouvi nesta tarde, uma coisa achei de fundamental importância: a mensagem honrada, de caráter, de firmeza, do Presidente deste Parlamento, Deputado Orlando Pessuti. Pronunciamento sério, objetivo, sem mazelas, sem engodos, sem enganações, porque o importante é falar a verdade, mesmo que doa.

O importante é dizer que este Parlamento pode até errar, mas 99% têm acertado nas suas condutas e todos os Deputados deste Parlamento merecem respeito, merecem a credibilidade, cada qual trabalhando na sua área, buscando soluções, como grupos que são municipalistas, outro grupo formado para discutir o problema como o Deputado Toti Colaço que é um aficionado, um apaixonado, rasga o seu ventre pelos municípios do meu Estado, outros se dedicam à área da saúde, outros se dedicam à área da educação, outros se dedicam à área da segurança, como o Deputado Bona Turra muito bem o fez naquela tribuna. Não é problema de partido. Não é partido que vai fazer o Deputado bom ou ruim. É o Deputado que tem vergonha na cara é que vai dignificar o seu partido, como outros, como o Fregonese, que é um aficionado pela ecologia, na sua luta pelo litoral. O Deputado Colombino Grassano lutando pela industrialização, a Deputada Emilia, lutando pelos direitos da mulher brasileira neste Parlamento. Todos os Senhores! O Deputado Nelson Justus

também é outro municipalista. Todos os Senhores, cada qual com a sua vontade.

Então, quero parabenizar o ilustre Presidente, Deputado Basílio Zanusso que também é uma reserva moral desta Casa, quero parabenizar o pronunciamento de Sua Excelência o Deputado Orlando Pessuti que foi muito feliz.

Só que não concordo com o finalzinho do pronunciamento; achei até viável, Governador, não quero criticar. Chega! Temos que pensar no Paraná. Nada de críticas. Só que acho que o finalzinho do discurso do Governador Roberto Requião, com todo o respeito que ele merece, afinal de contas é Governador do nosso Estado, foi eleito, ele quer mandar um projeto a esta Casa, inconstitucional, um projeto político, de uma guerra de um lado Requião e de outro lado Jaime Lerner.

Ele pede que aprovemos um projeto na Constituição para que abra-se a conta do Senhor Governador, do candidato a Governador, que abram-se as contas dos dois candidatos, ou dos vários candidatos ao Senado e dos vários candidatos ao Governo do Estado.

Não é por aí. Este projeto já não passou em Brasília. É um projeto inconstitucional, não posso votar aquilo que a Constituição em Brasília não permite. Então, se eles querem abrir as contas, que convidem a imprensa, todo o mundo sente e resolve, um tem tanto, outro tem tanto, outro tem tanto... resolve o problema.

O momento agora não é de se preocupar em guerrear ou com o Senador José Eduardo, ou guerrear com o Ministro, - perdoe-me - com o ex-Prefeito Jaime Lerner, ou fazer uma guerra com o empresário Carvalhinho, que é meu candidato ao Senado, graças a Deus, ainda não tenho o segundo, mas vou escolher... Agora, não é por aí. Não podemos mais viver em guerra, em ódio. Temos que viver em paz! Temos que pensar no Paraná do futuro! Temos que pensar no pronunciamento do Deputado Bona Turra de criar sim, mandar sim, a esta Casa, uma Mensagem para que - me perdoem, ainda temos a melhor polícia do Brasil, no Paraná, ainda temos uma grande Polícia Militar, uma grande Polícia Civil, com o pouco que ganham, com o pouco que têm, - mas lamentavelmente, Deputado Bona Turra, ainda temos os maus policiais, temos aqueles que não são preparados para adentrar na Polícia. Como foi aprovado nesta casa um cargo para 150 Delegados "calça curta" no Paraná. Debatí este problema e o Senhor acabou de debater agora. Como um delegado "calça curta" poderá exercer a atividade de Delegado de Polícia no meu Estado, se ele não sabe o que é o artigo 171 do Código Penal Brasileiro, 152, se ele não sabe o que quer dizer Ordem e Progresso, se ele não sabe o

que é inquérito policial? Não é por aí.

Temos bons policiais. Temos grandes Delegados de Polícia. Temos homens sérios que honram o distintivo e a faculdade. Sofreram, cursaram, fizeram concurso. Temos bons homens dentro da Polícia Militar do Paraná. Mas existem aqueles que são despreparados, aqueles que não respeitam a Constituição Brasileira.

O que passou um membro de sua família, já passei. Eles prendem pelo mero prazer de prender. Humilham, gozam e não sabem, se vocês perguntarem para eles como é a abertura da Constituição Brasileira, o que diz o preâmbulo, perguntem a esses que cometem essa barbaridade na Delegacia de Cornélio, perguntem a eles, se eles conhecem o preâmbulo da Constituição Brasileira. Não, pergunte a eles se eles conhecem o preâmbulo do Código Penal Brasileiro, arcaico, atrasado, violentado, rasgado, que dá mais direito ao bandido do que à família brasileira.

Então, acho, Deputado Bona Turra, que temos que trazer a esta Casa, não agora em ano eleitoral, não, se não voltarmos para cá outros virão, cada qual com sua idéia, com seus ideais, com sua maneira de trabalhar. Temos que trazer para esta Casa, - a sua idéia é válida - trazer Mensagens para quê? O cidadão para entrar Deputado Colombino, na Polícia, ele tem que ter um curso, ele tem que se alfabetizar, ele tem que entender que ele é uma autoridade, não otoridade. Há uma diferença A e O, letra O e letra A.

Temos que preparar melhor a nossa polícia, dar preparo ao policial para que ele não violente os direitos da família Bona Turra, não violente os direitos da sua família, Deputado Colombino, não violente os direitos da família do Deputado Toti, do Deputado Basílio, do Deputado João Iensen, da Deputada Emília, de todos os Senhores deste Parlamento.

Então, há muita coisa por fazer, Deputado Colombino, há muita coisa por fazer nesta Constituição Brasileira. Há muita coisa por fazer na área de segurança, na área de educação.

Deputado Colombino, milhares de crianças brasileiras não têm um lápis e um caderno para voltar às escolas este ano. E a quadrilha da gravata roubou no orçamento o leite, a cartilha, o lápis dessas crianças. Os hospitais, Deputado Colombino, não têm mais leite, o aposentado não pode mais comprar um remédio. Vários escândalos surgem na área de segurança do Brasil. Tem Estado que não tem uma viatura. Tem municípios no Paraná que trabalham de bicicleta, e tem delegado que usa a viatura da sua família.

Então temos que pensar grande, temos que pensar em reestruturar esse País. Não é o Presidente aparecer lá no Carnaval com uma moça mostrando a genitália de fora. Não quero ser um moralista, mas esse País não está certo, Deputado Colombino. Esse País precisa lavar a cara e tirar a máscara. Muita coisa tem por fazer. Esta Constituição que está sendo revisada, não poderia estar sendo revisada agora, não Deputado Colombino. Ela deveria ser revisada o ano que vem, com uma arma poderosa que é o título de eleitor, porque no dia três de outubro o brasileiro não poderá votar em branco, não. Não poderá rasgar o seu voto, não. Aquele que o fizer é covarde. Está debochando da Constituição, está escarrando na Bandeira do Brasil, porque o título de eleitor é a arma mais sagrada em nossas vidas. Com o título você cassa o Deputado canalha, ladrão, gigolô do dinheiro público. Com o título só se coloca nesta cadeira o Deputado que tenha vergonha na cara, tenha ideais. Coloque em Brasília no Senado, Senadores preocupados com justiça social, com a segurança, com a educação, com a saúde, com o desenvolvimento, com a geração de empregos, com a criação de indústrias. Com o título de eleitor nós teremos condições de escolher um Presidente da República. Eu com o meu título eu errei, no primeiro e no segundo turno. Eu tenho direito de errar, mas errar duas vezes, Deputado Colombino, é burrice. Eu tenho que sentar com a minha família, analisar, ler as propostas, e todos, toda família, sentem no dia 02 a meia noite, e diga: vamos votar num presidente, num governador, em dois senadores, num deputado federal e num deputado estadual. Analise, veja a proposta, não a enganação, a balela de político profissional. Veja o ideal, veja o que ele pretende, o que ele quer dar; dar de si antes de se pensar em si. Este é o homem, esta é a mensagem real daquele que quer servir o seu bairro, o seu município o seu Estado e o seu País.

Nós temos que mudar só com o título de eleitor, sem ódio, sem vingança, sem maldade. Mudar! Mudando, a família brasileira também estará mudada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Confesso que nesse recesso fiz várias reflexões e pretendia, no decorrer desta legislatura, ter uma conduta mais tranqüila com menos briga, mas vejo que, infelizmente, o Senhor Governador do Estado, numa das suas loucuras, vai à uma rádio e tenta ofender tanto ao Deputado Paulo Maia quan-

to a este Deputado. Ele me chamou de "deputadozinho". Não sei, no tamanho acredito que sou um dos maiores desta Casa. Em atuação, segundo a imprensa, segundo aos críticos, tenho tido uma atuação bastante razoável e bastante comentada.

Vejo que o Senhor Governador, por não conseguir me dobrar, tenta me atacar. Infeliz é este Governador que não consegue olhar um palmo à frente do seu nariz.

Governador Roberto Requião, não é de hoje, já faz quase três anos que eu tento mostrar ao Senhor, na minha ótica, o que é bom para o Paraná no que eu entendo. Todas as vezes em que eu usei a Tribuna eu consegui provar que eu estava certo e o Senhor estava errado.

Governador Roberto Requião, a sua credibilidade é tanta neste País que o Senhor consegue perder para o ex-Governador Orestes Quêrcia de São Paulo. Eu diria que o seu governo é um governo duvidoso, é um governo medíocre. Eu diria que o Senhor como ser humano também é uma pessoa medíocre. O Senhor chega às raias da loucura para tentar denegrir a imagem de quem, porventura, possa a vir lhe fazer sombra.

Governador Roberto Requião, se o Senhor cuidasse do Paraná o Senhor não teria perdido os poços de petróleo que o Senhor perdeu para Santa Catarina, o Senhor não teria dado o prejuízo que o Senhor deu ao Porto de Paranaguá. Porque o Senhor não diz que o Porto arrecadou trinta e quatro milhões de dólares e pagou trinta e um milhões só em folhas de pagamentos.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - O Deputado Lourenço Fregonese se havia inscrito inicialmente no Horário das Lideranças, mas como o Deputado Alborghetti, ocupando a Tribuna, usou aquele espaço de tempo, então, ele está usando o Pequeno Expediente.

Não há condição, Deputado Bona Turra, de conceder a V.Exa. a palavra.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - O Deputado Bona Turra é um Deputado que sempre usa o seu...

O SR. LUIZ HENRIQUE B. TURRA (Pela Ordem) - (vozes sobrepostas) o Deputado está reduzindo o nível...

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Esta Presidência pede a V.Exa. que aguarde o Deputado pronunciar-se, porque ele fala no Horário do Pequeno Expediente.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu só espero que o Deputado Bona Turra, não inter-

venha, quando ele usa aquela tribuna, nós pacientemente o ouvimos.

Srs. Deputados, o governador do Estado foi a um programa de rádio hoje e atacou a mim e ao Deputado Paulo Maia, na questão do projeto de abertura das contas bancárias.

Eu gostaria de comunicar ao governador que já existe desde outubro do ano passado, uma autorização a quem quer que seja da população paranaense para que abra as contas deste deputado em todas as agências bancárias que este Deputado tem conta.

A autorização foi dada à Mesa da Assembleia, autorizando qualquer pessoa do Estado do Paraná para que abra estas contas.

Gostaria de dizer também governador que as minhas contas estão abertas, mas as suas não. O Senhor propõe um projeto para quem quer que venha a disputar qualquer cargo abra suas contas. Eu vou mais além, por que nós não votamos um projeto para quem já foi governo, ou para o senhor, abrir as suas contas? O Senhor é muito bom de papo, mas muito ruim de fato.

Governador o Paraná cansou de orador, o Senhor está indo embora, graças a Deus. Agora eu gostaria de dizer mais uma vez, o Senhor não é digno, como governador e também não é digno, como homem.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Encerrado o ...

O SR. L.H. BONA TURRA (Pela Ordem) - A questão de ordem consiste...

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Deputado Bona Turra, lamentavelmente não posso conceder a Vossa Excelência, porque não é nenhum desrespeito ao Regimento, portanto não procede o seu pedido de questão de ordem. Vossa Excelência pode falar depois em Explicações Pessoais.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a liderança do PSDB, PFL, PT, PP (declinam)

PL concedo a palavra ao Sr. Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMINO GRASSANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

(Lê) "A sociedade está atenta ao nosso comportamento e vigilante na crítica e no julgamento dos nossos atos."

"Para enfrentar a perplexidade e a desesperança impõe-se a consolidação de um posicionamento ético-moral e repreensível das instituições e das pessoas que detêm alguma parcela de responsabilidade política. De modo especial, os parlamentos e os parlamentares."

"O julgamento da história vai ser mui-

to severo, caso a nossa conduta não esteja à altura do momento em que vivemos".

São trechos do discurso proferido pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Orlando Pessuti, ao inaugurar a 4.ª Sessão da 12.ª Legislatura desta Assembleia.

Com a mesma veemência, três dias antes, o Senhor conselheiro Nestor Batista, Presidente do Tribunal de Contas, fazia público na Folha de Londrina brilhante artigo, onde analisa o ano eleitoral de 94 e é contundente ao afirmar sobre o comportamento daquela corte, coibindo abusos e aplicando a lei.

Diz: "A análise histórica, no entanto, tem revelado que no ano eleitoral costumam ocorrer excessos para eventual favorecimento de pessoas com ligações mais próximas a autoridades com capacidade de mando."

Diz, como também afirma o Senhor Presidente Pessuti, que "a sociedade está a exigir padrão comportamental de acordo com os princípios éticos que devem presidir o gestor da coisa pública".

"A ação do Tribunal de Contas, continua o Senhor Doutor Nestor Batista, contra todas as ilegalidades será severa, pronta e de resultados. A Justiça de Contas não tergiversará e o infrator responderá por seus atos".

Tais conceitos vêm de encontro exatamente ao que pensam os parlamentares corretos desta Casa e dos interesses do Estado.

Lamentavelmente, assistimos neste último ano, quase que passivamente, a aprovação de projetos sem o necessário estudo e o que é pior, o adiamento de solução para tantas medidas que deviam ter merecido atenção especial.

Inexplicavelmente, Senhores Deputados, a decisão tomada por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça, no ano passado, sobre não ser de sua competência a apreciação do impeachment do Senhor Governador, solicitado pelos magistrados paranaenses são sei porque razão, dorme nas gavetas de algum departamento desta Casa. Prevaleceu neste caso a tese por nós defendida da Constituição de uma Comissão Especial para apreciar a medida.

Ou vamos esperar 3 de abril para que por falta de motivos seja arquivada a petição? A CCJ determina que a presidência da Casa faça cumprir a lei e o seu cumprimento é a aplicação da 1079 de abril de 1950.

Os pedidos de CPIs sérias estão no aguardo de que outras menos importantes sejam concluídas, para lhes dar oportunidade.

Venceu-se o prazo votado por esta Casa para que o Tribunal de Contas procedesse,

a nosso pedido, uma auditoria no Banco do Estado do Paraná.

Ultrapassado o prazo, estamos aguardando que o Tribunal de Contas também cumpra a lei e dê exemplo de alta responsabilidade das funções que lhe são atribuídas, para que também o Legislativo, se for o caso, possa dar continuidade ao processo dado às conclusões tomadas pela comissão competente.

Aguarda-se ainda, que a Presidência tome providências relativas a projetos de lei vetados pelo Senhor Governador fora do prazo constitucional e que apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça foram devolvidos para a obrigatória promulgação.

Isto, sem falar das emendas ao Regimento Interno que visavam conceder à minoria desta Casa à possibilidade de defenderem suas posições que quedam em silêncio nos escaninhos burocráticos do Legislativo.

A manifesta boa vontade demonstrada pelos Deputados, aprovando, com apenas duas emendas, uma das quais de minha autoria, mensagem governamental permitindo a venda das ações da Copel, precisa ser complementada, justamente na parte onde se exige a formação da Comissão de Deputados para acompanhar o processo de venda da Bolsa.

Os líderes ainda não foram solicitados a indicar seus representantes e isso precisa ocorrer, porque também, no processo para suas transformações em Empresa de Capital Aberto, o acompanhamento da Comissão é exigência legal.

Desejamos que a Presidência se conduza da forma e com os princípios enunciados em seu pronunciamento desta quarta-feira.

Além das matérias referidas em seu pronunciamento, a Presidência estará sendo posta à prova para ver se respeita ou transgredir a Constituição, vez que a proposta de emenda Constitucional a ser remetida pelo Poder Executivo, conforme salientou o governador Requião em seu discurso, sobre a quebra de sigilo bancário de quem quer que seja, afronta a consciência jurídica do Poder Legislativo.

Não temos competência para decidir sobre essa matéria. Talvez seja um teste para a Comissão de Constituição e Justiça, caminho a ser usado pela presidência, se não desejar devolver ao Executivo, matéria eivada de abuso constitucional.

Talvez queira o Senhor Governador usar esta Casa para se promover nacionalmente. Melhor seria que juntamente com o Vice-Governador, com os Secretários de Estado, Presidentes de Empresas Estatais e altos funcionários encaminhassem à Receita Federal autorização para que suas contas pudessem sofrer a quebra do sigilo constitucionalmente assegurada como garantia indi-

vidual.

Este seria o comportamento ético do Governo e não aquele de expor o Legislativo a aprovar - a maioria é governamental - uma emenda que fere a Constituição e poderá servir de instrumento desmoralizador desta Casa de Leis.

Voltamos a insistir: Que o Tribunal de Contas siga os preceitos enunciados pelo seu Presidente e esta Assembléia possa assistir orgulhosa medidas corajosas, independentes e cívicas do Presidente Pessuti que, juntamente com nós 53 Deputados, ao assumirmos, juramos respeitar e defender a nossa Carta Magna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zalusso) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 006/94, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, comunicando que a partir de 30 de dezembro de 1993, encontra-se filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, comunicando o desligamento do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, das Comissões Permanentes desta Casa, onde atuava pelo PMDB, devido seu desligamento do partido. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/93, de autoria do Deputado Nilton Bar-

bosa, que autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento de publicações na Imprensa Oficial, todas as entidades sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI N° 220/93

P A R E C E R:

A emenda modificativa n° 01 de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, ao Projeto de Lei n° 220/93, que autoriza o Poder Executivo a Isentar de pagamento as publicações na Imprensa Oficial, todas as entidades sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.

O Projeto foi aprovado em 1ª Discussão e a emenda analisada, foi apresentada dentro da forma e prazo regimental.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação.

Nestas condições, somos de Parecer Favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Apoiamento: Toti Colaço, Nilton Barbosa, Júlio Bifon, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan, Emília Belinati e Alceu Swarowski.

Sobre o referido Projeto, Emenda Modificativa de Plenário de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO de N° 01
AO PROJETO DE LEI N° 220/93

Artigo 1° - Autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento de publicações no Diário Oficial do Estado, todas as entidades, sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.07.93.

(a) ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Algaci Túlio, Colombino Grassano, Namir Piacentini.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente emenda modificativa, restringir a gratuidade das publicações da Imprensa Oficial do Estado, somente ao Diário Oficial do Estado e não a outros

Curitiba, quinta, em 17.02.94

periódicos como jornais, revistas, informativos etc. Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Ressalvada a emenda.

Em votação a Emenda. Aprovada.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 233/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 022/93, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Farol, os Lotes que especifica, situados na sede do referido Município e de propriedade do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Anexo Projeto de Lei n° 129/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Aprovado. (Publ. no DA. n° 73/93, de 07.06.93 Mens..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 233/93

P A R E C E R:

Requeru o nobre Deputado Toti Colaço, através do Projeto de Lei que recebeu o n° de 129/93, fosse o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município recém-criado de Farol, determinada área de terras de 20.000 m² constantes das datas da quadra n° 2, e da quadra n° 7, situadas no Perímetro Urbano do referido município de Farol e registrada no 1° Ofício da Circ. Imobiliária de Campo do Mourão.

Sua Excelência citou em sua proposição como objeto da doação as transcrições 30845 e 30486.

Coincidentemente o Poder Executivo Estadual, através da Mensagem n° 022/93, que transformou-se na presente proposição de n° 233/93, corrige a discriminação dos imóveis, pelo menos um deles, e esclarece que o donatário receberá os imóveis constantes da matrícula n° 15.572, e da transcrição n° 30.846.

Requeri a anexação da proposição 129/93.

Evidencia-se que a Lei n° 9528, de 08.01.91, que estabelecida a finalidade da doação é revogada expressamente no art. 3° deste projeto.

Isto posto, porque inexistente eivo de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade somos de Parecer Favorável ao encaminhamento deste ao Plenário, requerendo-se o arquivamento da proposição 129/93, do nobre Deputado Toti Colaço.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 233/93

MENSAGEM N° 22/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em análise, oriundo da Mensagem Governamental n° 22/93, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Farol os Lotes que especifica, situados na sede do referido Município e de propriedade do Estado.

No aspecto constitucional e legal, a proposta foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se Favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e com base no art. 121, do Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, digne-se Vossa Excelência determinar que as proposições n° 129/93, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço e 233/93, de autoria do Poder Executivo, que se completam na sua similitude e se esclarecem documentalmente, sejam anexados para se transformarem, se possível, numa só.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

(O Projeto de Lei n° 129/93, encontra-se publicado no D.A. n° 33/93, de 15.04.93).

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 272/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública o Grupo Folclórico Ucraniano Brasileiro Vesselka, do Município de Prudentópolis. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 79, de 17.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 272/93

PARECER:

De autoria do Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n° 272/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual o Grupo Folclórico Ucraniano Brasileiro Vesselka, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 730/93, de autoria do Deputado Severino Félix, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores com sede no Distrito de Paranagi, Município de Sertaneja. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 173, de 07.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 730/93

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Severino Félix, o Projeto de Lei n° 730/93, visa declarar de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Moradores do Distrito de Paranagi" mantenedora da Creche Municipal São Judas Tadeu, com sede e foro no Município de Sertaneja, Distrito de Paranagi.

Analisando o referido projeto de lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação, estando dentro das normas exigidas pela Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, estando o mesmo em condições de ser aprovado por esta Casa de Leis, portanto emitimos o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 732/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo a Infância Ida Meta Juliane Dietz, com sede e foro no Município de Faxinal. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 173, de 07.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 732/93

PARECER:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, visto que atende ao preceituado na Lei n° 6994, artigo 1º, incisos de I a IV, de 10 de janeiro de 1978, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Sobre a Mesa, Requerimentos n°s 003 e 004, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente.- Apro-

vados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 033-A, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 005 e 006, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 033, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.

Com a palavra o Deputado Anibal Khury, 1° Secretário, para prestar a informação solicitada pelo Deputado Paulo Maia.

O SR. ANIBAL KHURY - O Deputado Paulo Maia refere-se em seu requerimento ao pedido de informações à SERLOPAR - Serviço de Loteria do Paraná e à Ouvidoria Geral.

No dia 28 de dezembro por Ofício encaminhado pela 1ª Secretaria esse processo foi encaminhado ao seu gabinete, tendo recebido sua funcionária, Márcia Preto.

O SR. PAULO MAIA - No dia 28?

O SR. ANIBAL KHURY - No dia 28 de dezembro de 1993. Através de um Ofício que eu encaminhei no dia 28 recebido pela funcionária Márcia Preto.

O SR. PAULO MAIA - Dizendo que a documentação já se encontrava na Casa?

O SR. ANIBAL KHURY - Já está à sua disposição desde o dia 28 de dezembro: à SERLOPAR e à Ouvidoria. Todo o processo.

Não encaminhei ao seu gabinete porque é uma caminhonete!

O SR. PAULO MAIA - (Pela Ordem) - Quero aproveitar a oportunidade e agradecer a V.Exa., 1° Secretário desta Casa, e registrar também, os comentários havidos a respeito da questão da Ouvidoria em termos da documentação que foi trazida e tida como original. Foi deixada nesta Casa e foi publicada à Imprensa que era uma documentação original.

No nosso requerimento ele não abrangia esta forma como agiu a Ouvidoria Geral do Estado. Não era por aí o endereçamento do nosso requerimento. Eu quero nesta oportunidade deixar registrado, nesta Casa, que, para no ar, uma preocupação muita seria em relação a essa documentação oficial e original que foi encaminhada pela Ouvidoria do Estado, visto que o Protocolo da Casa está protocolando os documentos recebidos e eu solicitaria a V.Exa., que determinasse a esses funcionários se esses documentos estão completos, se não há falta de páginas dentro desses processos, para que amanhã este Deputado não seja acu-

sado, quando fizer a vistoria dos documentos, de que houve extravio de documentos por parte do Deputado. Nós vamos designar uma Comissão em nosso nome para fazer a análise, mas queremos deixar registrado, porque isto aí cheira uma pilantragem para cima deste Deputado.

Nós não pedimos documentação original, não vemos no nosso requerimento, a preocupação em termos de número de xerox, porque as nossas informações são bem claras a respeito de uma síntese dos trabalhos da Ouvidoria e dos processos de reclamações que lá foram citados sobre determinados órgãos. Estamos citando isso hoje e deixamos registrado nos Anais da Casa, porque têm sido encaminhada ao nosso gabinete parlamentar, pessoas que fizeram denúncias contra alguns órgãos do Estado na Ouvidoria. Não receberam respostas até a presente data e estão sendo encaminhadas a esta Casa, para que na Casa peguem declarações de como o seu processo anda, isso é uma forma de lavar as mãos da responsabilidade em termos de resposta aos denunciadores e posteriormente essas pessoas nos procuram, dizendo do tempo que estas reclamações se encontram na Ouvidoria e das respostas que não foram obtidas. No momento em que se joga a esta Casa mais de 4.000 processos, nós estamos vendo aí, colocados às claras, de que alguém está querendo dar uma de Pilatos em relação a reclamações que existem em termos de órgãos do Estado do Paraná. Isto em termos de BANESTADO, em termos de CELEPAR e outras Secretarias e este envio dos documentos originais à Assembleia Legislativa, representa simplesmente o afastamento ou a tentativa de se afastar da responsabilidade de dar solução às denúncias que foram apresentadas àquela Ouvidoria.

Por isso, Senhor Presidente, agradecendo as informações de V.Exa. nós vamos cobrar dos funcionários responsáveis, porque não nos passaram o ofício de V.Exa., como também deveremos estar designando e queremos levar posteriormente ao conhecimento da Casa, e estaremos apresentando a V.Exa., como 1° Secretário da Casa, o número de pessoas designadas por nós para procederem à análise dos documentos que hoje se encontram no protocolo da Casa e não assumiremos responsabilidade por extravio de folhas em quaisquer processos que porventura haja na Ouvidoria.

Muito obrigado.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Os documentos estão sob a responsabilidade da 1ª Secretaria e V.Exa., os terá através de funcionários devidamente credenciados, mas que terão que apor a sua assinatura nos documentos que sairão da 1ª Secretaria.

O SR. PAULO MAIA - Da mesma forma, Senhor Presidente, nós queremos conferir depois, com o Protocolo e com V.Exa., se os documentos foram vistados em todas as folhas, em relação ao seu recebimento.

Caso contrário, nós nos recusamos a fazer análise de documentos originais nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Requerimentos n°s 007 a 010, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 011 a 015, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 016 e 017, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 018 de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de saber o conteúdo do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - (Lê o referido projeto.

Dispõe sobre a institucionalização do serviço obrigatório e inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal). **Aprovado.**

Requerimento n°s 020 de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Heinz e demais Senhores Deputados constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 022 a 029, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/93.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 065/92; 233, 272, 730 e 732/93.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 062/93.

Levanta-se a sessão.